



DESIGUALDADE NO BOLSO

GUIA SOBRE JUSTIÇA FISCAL PARA
MULHERES BRASILEIRAS



A DESIGUALDADE NO BOLSO

GUIA SOBRE JUSTIÇA FISCAL
PARA MULHERES BRASILEIRAS

JANEIRO DE 2025

EQUIPE DO INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Elisabetta Recine
Luiz Gonzaga de Araújo
Roseli Faria
Romi Márcia Bencke

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Mario Lisbôa Theodoro
Ribamar Araújo
Augustino Veit (*suplente*)

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antonio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Puzzi

Educador Social

Markão Aborígene

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
ETF – Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Carolina Alves
Cássia Lopes
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Elisa Rosas
Sheilla Dourado
Thallita de Oliveira

PMAA – Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem

Adriana Silva Alves

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiária

Eduarda R. Aguiar Figueiredo
Andrey Felype

ICS – Instituto Clima e Sociedade
Kindernothilfe
Malala Fund
OSF – Open Society Foundations
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway
Wellspring

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Carmela Zigoni e Nathalie Beghin

Consultoria técnica/revisão técnica

Livi Gerbase

Criação literária e redação final

Alane Reis, Andressa Franco e Karla Souza -
Revista Afirmativa

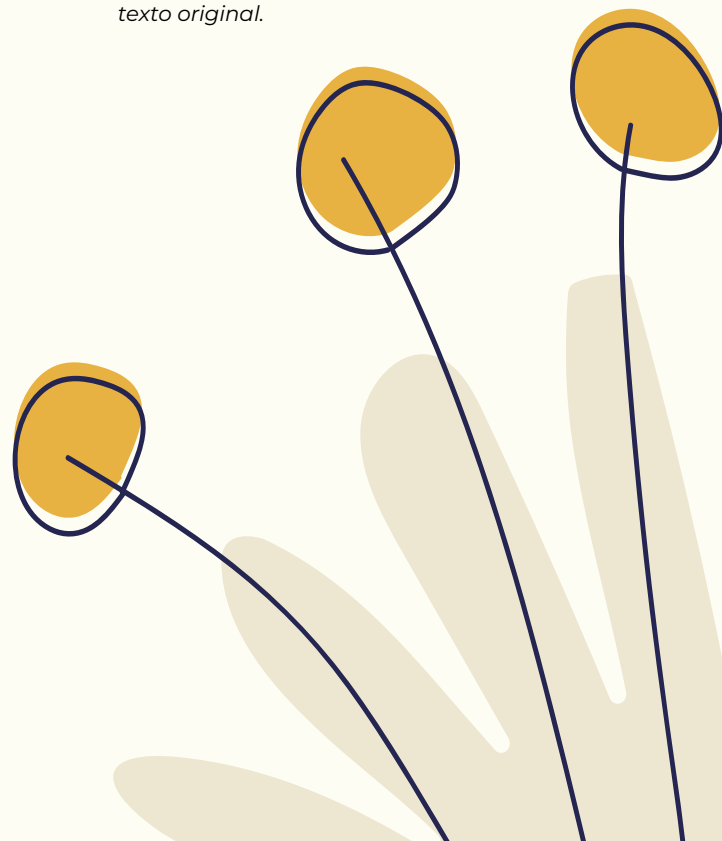
Projeto gráfico e diagramação

Tatu Design

Ilustrações

Thais Vivas

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO É REGRESSIVO, PENALIZANDO ESPECIALMENTE AS MULHERES NEGRAS6
DIGNIDADE MENSTRUAL	14
OS CORTES DE GASTOS MANTÊM A SUBMISSÃO ECONÔMICA DAS MULHERES NA SOCIEDADE.	17
QUEBRANDO MITOS E FAKENEWS	21
A REFORMA TRIBUTÁRIA TEVE CONQUISTAS IMPORTANTES ATÉ AGORA, MAS AINDA PRECISA AVANÇAR PARA GARANTIR VITÓRIAS PARA AS MULHERES	24
IMPOSTO SELETIVO	26
IMPOSTOS PARA PRODUTOS MENSTRUAIS	26
A IMPORTÂNCIA DA REFORMA DA RENDA E DO PATRIMÔNIO	30
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA REFORMA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	31
MUITAS RENÚNCIAS FISCAIS BRASILEIRAS NÃO FAVORECEM AS MULHERES, E SIM AS ELITES BANQUEIRAS, DO AGRONEGÓCIO E DA MINERAÇÃO	36
PRECISAMOS REPENSAR A ECONOMIA EM PROL DA JUSTIÇA SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO	44
MATERIAIS DE APOIO	51

APRESENTAÇÃO

O sistema tributário brasileiro perpetua um ciclo de desigualdade que atinge em cheio as mulheres, e ainda mais as negras e indígenas. Enquanto os mais ricos desfrutam de isenções e privilégios, a população mais vulnerável arca com o peso desproporcional dos impostos, comprometendo o acesso a itens básicos e perpetuando a pobreza.

Este guia se organiza a partir de **cinco mensagens** que podem servir como subsídio para os movimentos sociais de mulheres no Brasil: (1) o sistema tributário brasileiro é regressivo, penalizando especialmente as mulheres negras; (2) os cortes de gastos mantém a submissão econômica das mulheres na sociedade; (3) a reforma tributária teve conquistas importantes até agora, mas ainda precisa avançar para garantir vitórias para as mulheres; (4) muitas renúncias fiscais brasileiras não favorecem

as mulheres, e sim as elites banqueiras, do agronegócio e da mineração; (5) precisamos repensar a economia em prol da justiça social, racial e de gênero.

Conduzido pelas histórias entrelaçadas de uma família de três mulheres negras de diferentes gerações – avó, mãe e filha, e tem por objetivo apresentar os impactos concretos da injustiça tributária, que se organiza a partir do racismo patriarcal.

A trajetória das nossas personagens, oriundas de um pequeno povoado de raízes negras, quilombolas e indígenas do interior do Pará até à capital da Bahia, desvenda como a política fiscal, se entrelaça com as lutas diárias das mulheres brasileiras, suas resistências e busca por uma vida digna e futuro mais justo.

Prepare-se para mergulhar nas experiências de **Adriele**, uma jovem mãe e estudante de economia, sua mãe **Marineide**, e sua avó **Antônia**, e compreender como suas trajetórias se conectam com a luta por uma tributação mais justa e igualitária para todos e um orçamento públicos que garanta direitos humanos.

Embora as histórias sejam fictícias, os dados aqui apresentados são reais e falam sobre os desafios de um sistema tributário que beneficia homens brancos ricos, e penaliza duplamente, por cor e gênero.

As pesquisas e estudos feitos para a escrita do guia podem ser acessados clikando aqui.

BOA REFLEXÃO!

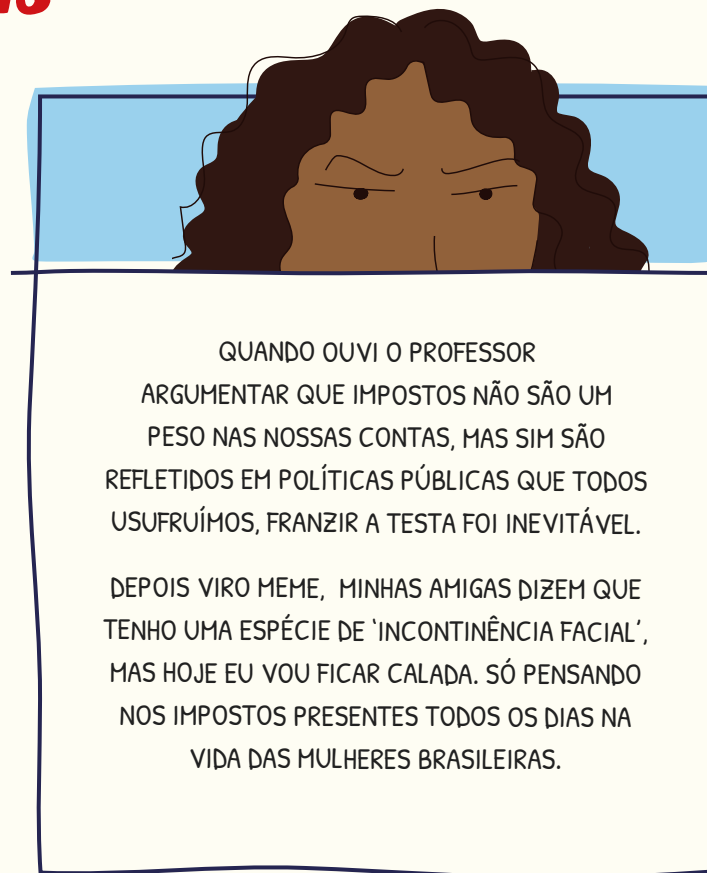


1

O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO É REGRESSIVO, PENALIZANDO ESPECIALMENTE AS MULHERES NEGRAS

De manhã cedo, ônibus lotado e Adrielle já pensando nos desafios que enfrentaria na aula de Economia do Setor Público. O debate sobre políticas públicas sempre iria tender para reflexões de como o racismo e o machismo geram injustiças tributárias, ela já pegou fama de “milituda” em sala de aula; termo pejorativo que algum “playboy” deu a ela e pegou na turma, *ora mas*, ela sempre apontava estas reflexões, mas tinha dias que ela só queria prestar atenção na aula e ficar calada. Afinal, Adrielle é só uma jovem negra de 20 anos, migrante, mãe solo, que enfrenta desafios diários para criar a filha, ajudar a cuidar da família, seguir com o sonho de ser economista, e de dar à sua bebê, Sofia, de apenas um ano, uma vida segura e com liberdade.

Dito e certo!



O professor seguia:

É o IPTU que pagamos ao alugar um imóvel, o IPVA do carro ou da motocicleta, o ICMS embutido nas nossas compras, é o imposto de renda cobrado em nosso salário. Talvez pensemos que o imposto é só um grande fardo que somos obrigados a carregar. Na verdade, **impostos, taxas e contribuições**, que são resumidos no nome de **tributos**, participam de vários jeitos na nossa vida pois podem ser usados pelos governos de diversas formas.

A aula continuava e o professor não parecia interessado em articular como os lugares de raça, gênero e classe interferem nos tributos.



EXISTEM QUATRO FUNÇÕES PRINCIPAIS DOS TRIBUTOS NA SOCIEDADE:

O **FINANCIAMENTO** DA AÇÃO DOS GOVERNOS, ESTRUTURADA EM POLÍTICAS PÚBLICAS. POR EXEMPLO, A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL) NORMALMENTE É PAGA POR EMPRESAS PARA FINANCIAR A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA BRASILEIRA. TODAS AS POLÍTICAS PRECISAM DE RECURSOS: EDUCAÇÃO, SAÚDE, SEGURANÇA ALIMENTAR, MEIO AMBIENTE, ENTRE VÁRIAS OUTRAS.

OS TRIBUTOS PODEM INTERFERIR NA SOCIEDADE COMO UM **INCENTIVO** A CERTOS PRODUTOS OU COMPORTAMENTOS. A TAXAÇÃO DE PRODUTOS NOCIVOS À SAÚDE, COMO REFRIGERANTES E TABACO, DIMINUI O CONSUMO DESTES PRODUTOS, POR EXEMPLO.

OS TRIBUTOS POSSUEM TAMBÉM UM PODER FUNDAMENTAL: AO TAXAR UNS E NÃO TAXAR OUTROS, ELES PROMOVEM A DESIGUALDADE OU A IGUALDADE EM UMA SOCIEDADE. ESSA É SUA FUNÇÃO DE **REDISTRIBUIÇÃO** E PODE SER VISTA, POR EXEMPLO, QUANDO O GOVERNO BRASILEIRO TAXA DE MANEIRA DIFERENTE AS RENDAS RECEBIDAS DE DIFERENTES GRUPOS: ENQUANTO OS SALÁRIOS SÃO TAXADOS NO BRASIL, OS DIVIDENDOS, QUE SÃO OS LUCROS DOS ACIONISTAS DE UMA EMPRESA, NÃO SÃO, O QUE FAVORECE ACIONISTAS EM DETRIMENTO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS.

PENSEI EM LEVANTAR A MÃO PARA INTERVIR MAIS UMA VEZ, COMO JÁ ERA COSTUME. PENSEI EM CITAR O RELATÓRIO TRIBUTAÇÃO JUSTA, REPARAÇÃO HISTÓRICA: 'SE NO ÂMBITO DA PROPRIEDADE PRIVADA E DA HABITAÇÃO, ASSIM COMO NA GARANTIA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRABALHO, SEGURANÇA E DEMAIS DIREITOS INDIVIDUAIS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS, O ESTADO BRASILEIRO HISTORICAMENTE OFERECERU TRATAMENTO DIFERENTE ÀS PARCELAS NEGRA E BRANCA DA POPULAÇÃO, POR QUE NA IMPOSIÇÃO DOS TRIBUTOS TRATA IGUALMENTE OS DOIS GRUPOS?.

PENSEI EM CONTRA-ARGUMENTAR QUE: JUSTIÇA É TRATAR OS DIFERENTES COMO DIFERENTES. PENSEI EM SUGERIR QUE O TRABALHO FINAL DA DISCIPLINA NOS PROVOCASSE A RESPONDER: COMO OS IMPOSTOS PODEM PROMOVER JUSTIÇA SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO?

EU QUERIA MESMO É QUE A TURMA REFLETISSE QUE OS TRIBUTOS, AO SEREM REDISTRIBUTIVOS, PODEM TER UMA FUNÇÃO AINDA MAIS PROFUNDA SOCIALMENTE: A **REPARAÇÃO**. INJUSTIÇAS SOCIAIS HISTÓRICAS PODEM SER REPARADAS, OU AO MENOS MITIGADAS, POR MEIO DA TAXAÇÃO, COMO A ESCRAVIDÃO, O RACISMO E O COLONIALISMO.

A verdade é que quem pensa a Economia para além da lógica capitalista sabe que os impostos são muito mais do que uma imposição do Estado: eles podem ser um meio de transformação social. A disputa por quem paga mais e quem paga menos tributos é histórica e infelizmente significou, na maior parte do tempo, que os homens pagaram menos impostos que as mulheres, os ricos menos que os pobres, os brancos menos que os negros.

E Adriele sabe bem disso, ela sussurrava sozinha durante a aula:



VOCÊS SABIAM QUE AS MULHERES NEGRAS, POR OCUPAREM A BASE DA PIRÂMIDE SOCIAL, SÃO AS QUE MAIS PAGAM IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO PROPORCIONALMENTE A SUA RENDA?

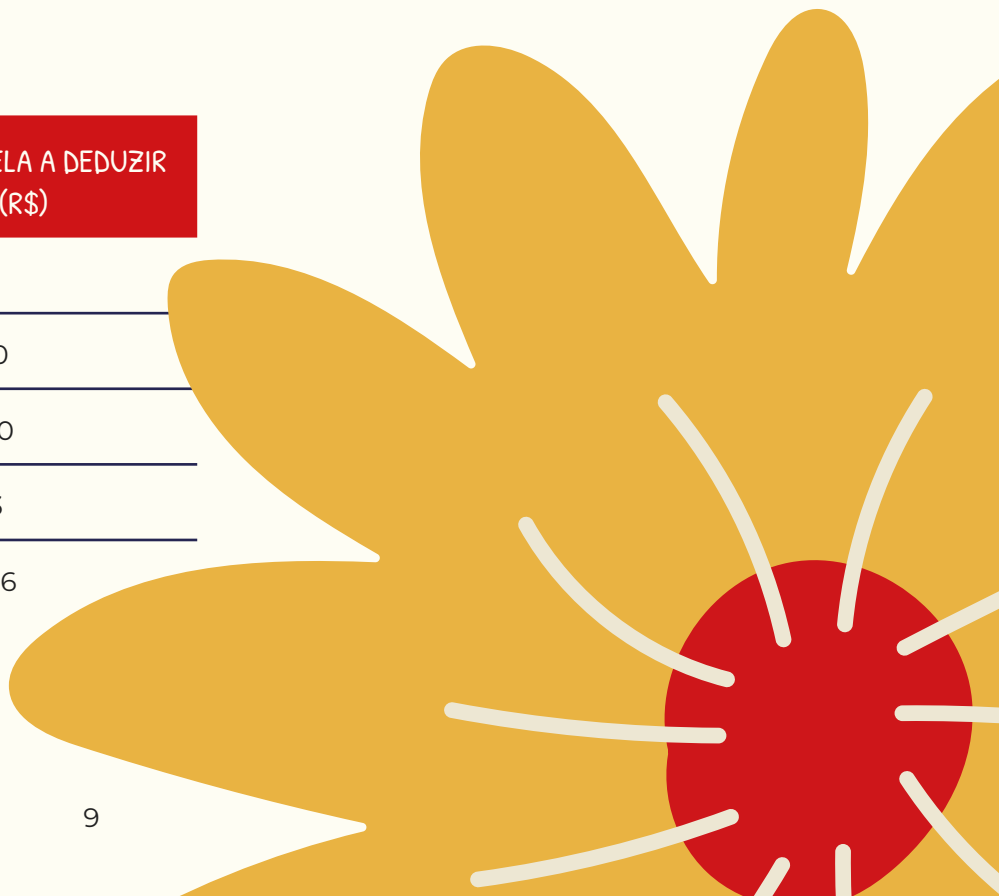
Isso acontece pois os tributos, dentro de sua função redistributiva, podem ser regressivos ou progressivos. Progressividade é cobrar mais de quem tem mais ou recebe mais e menos de quem tem menos ou recebe menos. Isso significa que suas alíquotas (os percentuais de taxaço) aumentam à medida que aumenta o valor a ser taxado. Um exemplo é a tabela do imposto de renda, que possui quatro faixas de alíquotas, e as faixas maiores incidem sobre as rendas que ultrapassam determinados níveis.

Ao contrário da progressividade, o tributo   regressivo quando ele cobra menos, ou a mesma coisa, de quem tem mais e quem tem menos. Os impostos sobre o consumo são clássicos impostos regressivos: independentemente de quem você  , você vai pagar o mesmo imposto realizando uma compra de um produto ou serviço. É o caso do ICMS, que agora está sendo transformado pela reforma tributária e se transformar  no Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS.

TABELA DO IMPOSTO, PREÇOS DE 2023

BASE DE CÁLCULO (R\$)	ALÍQUOTA (%)	PARCELA A DEDUZIR DO IR (R\$)
Até 2.112,00	zero	zero
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade.
Dados extraídos em janeiro de 2024.



No supermercado do bairro, Adriete empurrava o carrinho ao lado da madrinha de sua mãe, Maria, que considerava como sua própria, enquanto ela reclamava baixinho:



MINHA FILHA, OLHA O PREÇO DESSE QUILO DE PÃO... CADA DIA TÁ PIOR. E O BOLO DE ANIVERSÁRIO DA SUA MÃE? VAI SER SÓ COM FARINHA MESMO, PORQUE DO JEITO QUE TÁ, O LEITE CONDENSADO VAI FICAR SÓ NA IMAGINAÇÃO.

Adriete suspirou, mas logo se deteve na prateleira de ovos.



VAMOS LEVAR UMA DÚZIA, DINDA? MESMO COM O PREÇO NAS ALTURAS, É O MÍNIMO QUE A GENTE CONSEGUE FAZER PRA ALEGRAR O ANIVERSÁRIO DE MAINHA.

Maria concordou, pensando em todo carinho que tinha por sua afilhada, e de como Adriete havia chegado tão pequena com ela e sua comadre do Pará. Parecia ter sido ontem, mas já fazia mais de 15 anos. Maria era trabalhadora doméstica na casa de uma médica, dona de uma Casa de Repouso, e foi assim que, naquela época, havia conseguido um trabalho para Neide.

Enquanto colocava os ovos no carrinho, Adriete aproveitou para explicar, do seu jeito, o que tinha aprendido na faculdade:



SABE, DINDA, O IMPOSTO QUE VOCÊ PAGA NESSE PÃO É EXATAMENTE O MESMO QUE A SUA PATROA PAGA. SÓ QUE, PROPORCIONALMENTE, PESA MUITO MAIS NO SEU BOLSO DO QUE NO DELA. ISSO É O QUE CHAMAMOS DE TRIBUTAÇÃO REGRESSIVA.

Maria arqueou a sobrancelha, confusa.

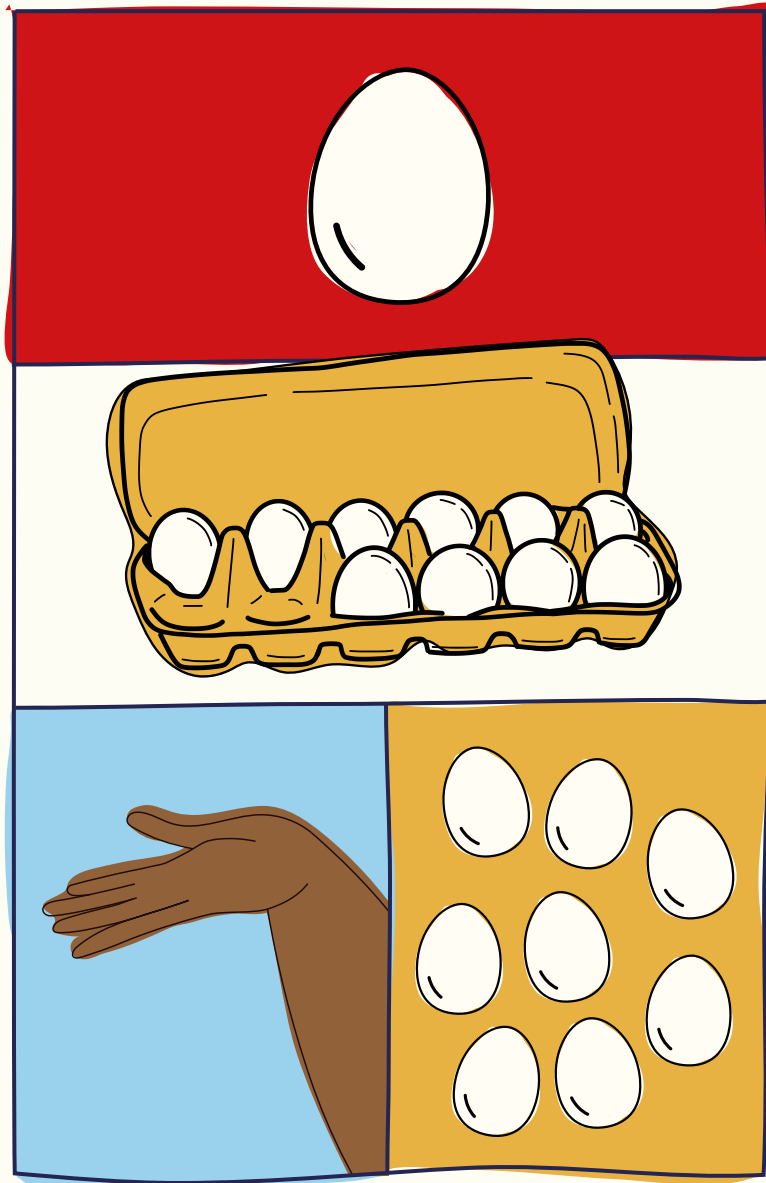


MENINA, PODE IR TRADUZINDO, QUE ESSE PAPO DE ECONOMIA É COMPLICADO PRA MIM.

Adriete riu.



TÁ BOM. IMAGINA ASSIM: SE A SENHORA TEM SÓ UM OVO, COLOCA ELE TODO NO BOLO. JÁ SUA PATROA, QUE TEM 10 OVOS, COLOCA SÓ DOIS NO MESMO BOLO. RESULTADO? VOCÊ FICOU SEM NENHUM OVO, E ELA AINDA FICOU COM OITO PRA FAZER O QUE QUISER NO FIM. O BOLO É O ORÇAMENTO DO GOVERNO, MAS QUEM É MAIS POBRE ACABA CONTRIBUINDO MUITO MAIS, PROPORCIONALMENTE. EM UM CENÁRIO JUSTO, O CERTO SERIA QUE QUEM TEM 10 OVOS, COMO SUA PATROA, CONTRIBUÍSSE COM PELO MENOS TRÊS, E QUEM TEM SÓ UM OVO, COMO A GENTE, NÃO COLOCAR E COMER O BOLO JUNTO.



Maria balançou a cabeça, indignada.



ENTÃO, QUER DIZER QUE EU TÔ AQUI SEM PODER COMPRAR UM PÃO DIREITO, E AINDA PAGO MAIS, NO MEU POUCO, DO QUE ELA PAGA COM TODO O DINHEIRO QUE TEM? QUE MUNDO É ESSE, MENINA?



É INJUSTO, DINDA. E É POR ISSO QUE A REFORMA TRIBUTÁRIA É TÃO IMPORTANTE. PRO PÃO E PRO OVO QUE A GENTE COMPRA NÃO CUSTAREM A MESMA COISA PRA QUEM GANHA TÃO DIFERENTE. PRECISAMOS DE MUDANÇAS PRA QUE QUEM TEM MAIS PAGUE MAIS.

Enquanto continuavam as compras, Maria olhou para Adriele com admiração.



ESSA SUA FACULDADE TÁ TE DEIXANDO ESPERTA DEMAIS. QUALQUER DIA, É VOCÊ QUE VAI EXPLICAR ESSAS COISAS NO JORNAL!

Adriele sorriu, ajustando a lista.



POR ENQUANTO, A GENTE FAZ O QUE PODE. E HOJE, VAMOS FAZER UM BOLO BEM GOSTOSO PRA ESQUECER O PREÇO DAS COISAS, MESMO QUE SÓ POR UM DIA.

O sistema tributário brasileiro depende muito destes impostos sobre consumo: eles representam 40,2% da receita tributária do Brasil em 2022, enquanto os impostos sobre propriedade representam apenas 4,4%. Isso prejudica principalmente as camadas mais pobres da população, onde estão as mulheres negras do país: elas representam 28% da população total, mas ficam com apenas 14,3% da renda nacional, montante inferior àquele recebido pelos 1% homens brancos mais ricos do país, que, apesar de representarem apenas 0,56% da população, se apropriam de 15,3% da renda. Isso significa que **quem carrega nas costas a carga tributária do país são as mulheres negras.**

Além de depender demais dos tributos sobre o consumo, o sistema tributário beneficia as rendas dos mais ricos, como taxações muito baixas para a acumulação de bens, como propriedades, carros e ações na bolsa, e para heranças.

POR ISSO QUE NOSSO SISTEMA TRIBUTÁRIO É CONSIDERADO REGRESSIVO.

Ter sistemas regressivos não é uma regra universal: os países ricos em média possuem sistemas tributários mais progressivos que o Brasil. Durante o século passado, a maior parte dos países do mundo possuía impostos mais altos para os mais ricos, pois se sabia da importância deste instrumento para lutar contra a concentração de renda. Nos últimos 50 anos, porém, a tendência é cada vez menos impostos para os bilionários e as grandes empresas. Quem paga isso somos todas nós, pois os ricos ficam cada vez mais ricos e o governo compensa aumentando os impostos para o resto da população.



Um bom exemplo é o imposto sobre heranças. No Brasil, este imposto, oficialmente o ITCMD, é definido em cada estado, mas tem como limite 8%. Em alguns estados como Santa Catarina ele pode chegar a 1%. Enquanto isso, os Estados Unidos possuem imposto sobre heranças de até 40%, o Japão, 55% e a França 60%. Historicamente, as taxas eram mais altas, porém a partir dos anos 1960 diminuiu muito o número de países que adotam esta taxa e suas alíquotas.

Em síntese, o sistema tributário brasileiro perpetua as desigualdades da sociedade brasileira e prejudica as mulheres. Porém, essa história pode ser diferente, e está na mão dos governos promover justiça social, racial e de gênero por meio da tributação. O Estado deve distribuir a carga tributária de maneira justa, cobrando mais impostos de renda e patrimônio, menos impostos sobre o consumo e trabalhando pela progressividade do sistema como um todo.

Eram essas as reflexões que Adriele gostaria de fazer. Mas eram os últimos minutos da aula.

E SE EU PERDER O ÔNIBUS, PERCO TAMBÉM O METRÔ,
E NÃO CHEGO A TEMPO NO ESTÁGIO. TÔ NOVA NO
TRABALHO, NÃO POSSO ME QUEIMAR.

Pensava a jovem, que calava para se resguardar, e no caminho para o estágio, entre o ônibus e o metrô, as reflexões continuavam:

NÃO QUE EU NÃO SAIBA QUE OS
OBJETIVOS DOS TRIBUTOS, DE FATO,
SÃO NOS ASSISTIR EM QUESTÕES
TÃO FUNDAMENTAIS, COMO
EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRANSPORTE,
SEGURANÇA ALIMENTAR, MORADIA,
ENTRE VÁRIAS OUTRAS. MAS É DIFÍCIL
ACREDITAR QUE ESTÃO CUMPRINDO
ESSAS FUNÇÕES, QUANDO LEMBRO
DAS DIFICULDADES QUE MINHAS
AMIGAS DE INFÂNCIA PASSARAM PARA
GARANTIR DIGNIDADE MENSTRUAL;
DOS DESAFIOS DA MINHA FAMÍLIA
EM MANTER UMA ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL AO LONGO DO MÊS;
QUANDO EU NÃO ENCONTRO
NENHUMA CRECHE EM NOSSO BAIRRO
COM VAGAS DE BERÇÁRIO PARA
MINHA FILHA.

DIGNIDADE MENSTRUAL

A dignidade menstrual refere-se ao direito de todas as pessoas que menstruam a viver esse período com saúde, conforto e sem discriminação. Isso implica acesso a produtos de higiene adequados, como absorventes, além de instalações sanitárias adequadas e informações sobre saúde menstrual. No Brasil, a pobreza menstrual é um desafio significativo, especialmente para meninas e mulheres negras. Uma pesquisa realizada no âmbito do Projeto Novo Ciclo – iniciativa do Espro (Ensino Social Profissionalizante) em parceria com a Inciclo, revela que 47% das jovens negras e de famílias de menor renda no país são atingidas por essa realidade. Segundo ele, por questões financeiras, 42% das adolescentes e jovens brasileiras que menstruam utilizam um absorvente por mais tempo que o indicado. A falta de dinheiro para adquirir um protetor íntimo já foi vivida por 32% dessas pessoas. E a indisponibilidade de um absorvente já fez com que 32% delas deixassem de ir a alguma festa ou encontro, 20% perdessem um dia de aula e 11% faltassem ao trabalho. Já um estudo realizado pelo UNICEF e UNFPA revelou que 6,5 milhões de meninas vivem em domicílios sem acesso a banheiro, sendo que 62,6% são negras ou pardas.

A VERDADE É QUE SE NÃO FOSSE PELA MINHA MÃE, EU NÃO TERIA COM QUEM DEIXÁ-LA. DONA NEIDE TAMBÉM ME CRIOU SOZINHA, E TAMBÉM PRECISOU DA AJUDA DA MINHA VÓ ANTÔNIA PARA CUIDAR DE MIM.

Adrielle veio do Pará para a Bahia aos três anos de idade, acompanhada da mãe e da avó. E nada é para ela mais motivo de orgulho do que a história das mulheres da sua família. É apegada a essa história que ela sobe e desce o dia inteiro, enfrentando jornadas triplas, as vezes quádruplas, para estudar, trabalhar e dar conta da vida.

SE DONA NEIDE AGUENTAVA TRABALHAR COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM EM UMA CASA DE REPOUSO, FAZER DIVERSOS SERVIÇOS POR FORA COMO CUIDADORA DE IDOSOS, CONSTRUIR CASA, E AINDA SER UMA MÃE PRESENTE E DEDICADA, POR QUE EU TAMBÉM NÃO CONSIGO?

**O nome do município é fictício, e foi criado para a história deste guia. No dicionário Tupi, a palavra Itajubá ou Itá'yuba significa Pedra Amarela ou Mina de Ouro (itá: pedra + yubá: amarela; ouro, metal amarelo).*

A história de sua mãe fazia Adrielle se sentir motivada diante do cansaço do dia a dia, mas pensar na história da outra heroína da sua vida, dona Antônia, sua avó, por vezes fazia a jovem se sentir envergonhada pelo cansaço e reclamações que fazia e ela pensava:

EU SEI QUE ESSE SENTIMENTO DE CULPA PELO MEU PRÓPRIO CANSAÇO É OPRESSÃO DO RACISMO E DO MACHISMO NA MINHA MENTE, MAS QUANDO EU PENSO NA MINHA VÓ É MEIO INEVITÁVEL.

Dona Antônia nasceu filha de uma mulher quilombola com um homem indígena lá em **Cachoeira de Itáyuba***, no Pará. Aos 10 anos começou a trabalhar na roça com os pais, e logo começou a prestar serviços para uma grande mineradora na região. Com 50 anos ela foi diagnosticada com uma doença nos rins, fruto da exposição ao mercúrio e outras toxinas encontradas na terra e na água de Cachoeira de Itáyuba.

E ONDE ESTAVA O ACESSO À SAÚDE DE QUE ELA PRECISAVA?



Entre uma parada de ônibus e outra, por dias, semanas, meses, Adrielle dava sentido às suas aulas, associando os assuntos estudados com sua vida, da sua família e o dia a dia de sua comunidade.

E foi pensando na situação da saúde da sua avó, que ela se lembrou de uma outra aula da faculdade. Quando a professora de Macroeconomia explicou sobre “austeridade fiscal”. Um nome difícil que traduz as dificuldades que as mulheres da sua família vivem, e conceitua a decisão do Estado, diante de uma crise fiscal, em não aumentar o investimento em políticas sociais, cobrando dos pobres ao invés dos ricos.

Adrielle lembra com clareza de um momento recente de austeridade fiscal que afetou completamente a vida da sua família. O ano era 2016 e o Governo Federal aprovou a Emenda Constitucional do Teto de Gastos.

FOI NESSA ÉPOCA QUE MINHA MÃE SE DEPAROU COM HOSPITAIS E CRECHES PÚBLICAS SUCATEADOS, EU TAVA PARA CONCLUIR O ENSINO FUNDAMENTAL E MINHA MÃE PRECISOU DEIXAR SEU TRABALHO FORMAL PARA ASSUMIR OS CUIDADOS COM MINHA AVÓ, QUE ESTAVA FICANDO CADA DIA MAIS DEBILITADA E MENOS ASSISTIDA PELO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO.

Dona Neide, assim como tantas outras milhares de mulheres, continuou a trabalhar, mas agora sem receber, pois o trabalho de cuidado normalmente não é remunerado. Uma realidade que mantém as mulheres submetidas economicamente aos homens na sociedade.



PARA SABER MAIS

Vídeo: Série o Debate Fiscal: Parte 4 | Impostos e Justiça Social

Vídeo: VI Seminário Justiça Fiscal e Desigualdade de Gênero e Raça: Experiências de Orçamento Sensível a Gênero (OSG) nos Estados e Municípios Brasileiros



2

OS CORTES DE GASTOS MANTÊM A SUBMISSÃO ECONÔMICA DAS MULHERES NA SOCIEDADE

Escola, creche, hospital, guarda civil, iluminação das ruas, centro de atendimento a mulheres... estas são apenas algumas das políticas públicas promovidas pelo governo brasileiro que beneficiam as mulheres todos os dias. Enquanto entendemos a importância destas políticas nas nossas vidas, também sabemos o quanto elas estão longe da qualidade e da abrangência necessária para garantir os direitos básicos para a população brasileira.

Para criar e manter estes espaços públicos, o primeiro passo do governo é planejar e gastar recursos do seu orçamento. O orçamento público é o documento legal em que o governo deve anunciar anual e detalhadamente todos os seus gastos e as suas respectivas fontes. Para além de um documento, o orçamento público reflete a disputa política entre diversos grupos da sociedade sobre quais devem ser as prioridades do governo.



Dá para sentir na pele que a garantia de serviços de qualidade para todos não tem sido a prioridade do orçamento brasileiro. Vários são os motivos para isto, mas o problema inicial é simples: estamos há quase dez anos em um cenário de arrocho orçamentário gigante das contas públicas do governo federal. Desde a criação do Teto de Gastos de 2016 até hoje as despesas do governo estão impedidas de crescer, por uma série de regras fiscais que foram se impondo ao orçamento brasileiro e obrigam cortes em políticas sociais. Este arrocho, defendido sempre como responsabilidade fiscal, também se espalhou para estados e municípios. Em um país com uma população crescendo e enfrentando múltiplas crises sociais e ambientais, esta limitação se transformou em corte de recursos e desfinanciamento de uma série de políticas sociais dos governos.

Para as mulheres, a austeridade fiscal impactou suas vidas de diversas formas. Ao sucatear hospitais, escolas e creches públicas, são as mulheres que assumem o cuidado das pessoas desassistidas e muitas vezes acabam tendo que largar seus trabalhos.

Além disso, os cortes de recursos atingiram especialmente as políticas para mulheres, pessoas negras,

povos indígenas e quilombolas. Por exemplo, o orçamento de políticas de combate à violência contra mulher diminuiu drasticamente nos últimos anos, sendo seu pior ano 2020, auge da pandemia. De novo são as mulheres negras as mais impactadas, pois elas experimentam níveis mais elevados de violência do que as brancas. A política quilombola do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) também sofreu fortes cortes nos últimos anos, especialmente os recursos destinados para a delimitação, desintrusão e titulação de territórios quilombolas.

Um dia desses, à noite, em casa, Adrielle, Neide e dona Antônia ouviam na TV: *O feminicídio está crescendo entre as mulheres negras e indígenas, e diminuindo entre as mulheres brancas. Mulheres negras são até duas vezes mais vitimadas que as brancas, é o que aponta uma especialista durante debate na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados.*

Adrielle estava na mesa da sala, depois de colocar a Sofia para dormir, correndo contra o tempo para concluir os trabalhos daquele fim de semestre. Neide acabava de atender ao chamado do despertador que tocava, levantando para buscar os remédios de dona Antônia, quando a filha e neta

repararam que a atenção de dona Antônia havia sido capturada pelo âncora do telejornal, que apresentava dados sobre violência contra mulher. Uma especialista comentava a pesquisa, explicando que as políticas de combate e prevenção às violências contra as mulheres não têm sido capazes de proteger a vida das mulheres negras e indígenas, e que políticas públicas específicas precisavam ser pensadas.

A mamãe sempre contava as histórias da época em que Cachoeira de Itáyuba ainda era um povoado de um município vizinho, no Nordeste do Pará, com divisa com o Maranhão. Cachoeira de Itáyuba foi se desenvolvendo enquanto cidade nas margens da BR 316. Com os interesses políticos e econômicos em relação à extração de ouro e exploração da mineração no local, em 1995 o pequeno povoado de população majoritariamente negra, quilombola e indígena, foi alçado à categoria de município.

Os abusos e relatos de violências sexuais, casamentos infantis, casamentos forçados, violências domésticas contra as mulheres da comunidade envolvendo os forasteiros eram comuns. Principalmente as mulheres indígenas e quilombolas, que viviam em territórios muito próximos aos locais onde as operações dos garimpos invadiam e se instalavam, afetando seus modos de vida e ameaçando sua sobrevivência.





ERAM OUTROS TEMPOS, MAMÃE. DEPOIS DE MUITA LUTA DAS MULHERES NESSE PAÍS, TEMOS AS DEAMS [DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER] DESDE OS ANOS 1980. TEMOS, AINDA, A LEI MARIA DA PENHA [APROVADA EM 2006, QUE RECONHECE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER COMO UM PROBLEMA SOCIAL NO BRASIL.



ACHO QUE AINDA VIVEMOS ESTES MESMOS TEMPOS, MÃE.

Respondeu Adrielle, ao mudar suas abas de pesquisa sobre economia, para fazer buscas sobre a cidade natal da avó.

OOX

A CIDADE QUE ITÁYUBA SÓ INAUGUROU A SUA SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER ESTE ANO, E NEM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER (CRAM) TEM AINDA. IMAGINE CACHOEIRA DE ITÁYUBA. FORA QUE, MUITAS VEZES, LEIS COMO A PRÓPRIA MARIA DA PENHA NÃO FUNCIONAM EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E INDÍGENAS PELAS QUESTÕES CULTURAIS, DISTÂNCIA DAS SEDES URBANAS, ENTRE MUITOS OUTROS DESAFIOS QUE NÃO RECEBEM A DEVIDA ATENÇÃO, E ONDE NÃO VEMOS NOSSOS IMPOSTOS E TRIBUTOS CHEGANDO EM FORMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

LÁ VEM NOSSA UNIVERSITÁRIA!



NÃO ENTENDI BOA PARTE DO QUE ELA FALOU, MAS DRICA PUXOU A VOCÊ, NEIDE, É MUITO INTELIGENTE E ESTÁ SEMPRE CERTA



Este diálogo entre as três é muito pertinente. Quando a população reclama da falta de serviços públicos básicos, a resposta é sempre a mesma: não há dinheiro, o Brasil está quebrado! Este discurso, porém, esconde privilégios da elite brasileira e se baseia em algumas *fake news*.

QUEBRANDO MITOS E FAKENEWS

Os limites fiscais, como o Teto de Gastos, só atingem as despesas para as políticas públicas, deixando o pagamento dos (altos) juros do governo aos seus títulos de dívida rolando solto. Os grandes beneficiários são os grandes bancos e fundos de investimento, que possuem a maior parte da dívida emitida pelo governo.

Os deputados e senadores possuem controle de fatias cada vez maiores do orçamento brasileiro, gastando para agradar sua base eleitoral, sem transparência e dificultando a execução das políticas de âmbito federal. O orçamento secreto e as emendas pix são apenas os últimos casos desta disputa constante entre os poderes.

É falaciosa a ideia de que o governo, como uma família, precisa primeiro receber recursos, por meio dos impostos, e depois gastá-los. Quando

o governo gasta, ele aumenta a produção da economia, o que aumenta os impostos que ele vai receber. Entenda mais aqui.

Enquanto os penduricalhos nos salários dos juízes continuam crescendo, podendo até furar o Teto de Gastos, os salários dos professores seguem estagnados. Como há dinheiro para um e não para outro?

Para o agronegócio, o dinheiro é abundante. Para 2024, foram anunciados R\$ 400,59 bilhões em financiamentos para o agronegócio por meio do Plano Safra. Enquanto isso, o Pronaf, voltado para a agricultura familiar, recebeu apenas R\$ 85,7 bilhões.

O discurso da falta de dinheiro é utilizado para, além de justificar a paralisia do governo, promover privatizações e a mercantilização das políticas públicas, isso é, para transferir serviços públicos fundamentais à população brasileira para as mãos privadas, que vão procurar o lucro a qualquer custo.

MAS, POR QUE AS PRIVATIZAÇÕES OU DIMINUIÇÃO DO ESTADO É RUIM PARA A POPULAÇÃO?

Muita gente acha que privatizar empresas públicas, como a Petrobrás, é o melhor caminho para reduzir os custos para o consumidor final e melhorar os serviços. A verdade é que quando o governo privatiza, ele ganha muito dinheiro da noite para o dia, o que pode ajudar as contas públicas daquele ano ou promover alguma obra para ganhar eleições. Porém, este dinheiro é gasto rapidamente e a perda da qualidade, além dos preços exorbitantes dos serviços privatizados, são sentidos por todos. Os apagões de luz em São Paulo e o abandono das universidades públicas brasileiras são apenas alguns exemplos recentes deste fenômeno onde o Estado é diminuído para dar caminho ao lucro privado.

A falta de qualidade dos serviços públicos é especialmente sentida pelas mulheres negras. Mais de 40% das mulheres negras não têm acesso à rede de esgoto, contra 26,7% das mulheres brancas.

Os índices são piores ainda em relação ao abastecimento de água, sendo que 13,9% de mulheres negras estão sem acesso ao serviço, contra 9,4% de mulheres brancas.

O orçamento brasileiro historicamente não prioriza as mulheres, ameaçando e cortando direitos e ajudando a perpetuar a sua submissão econômica e política na sociedade. O governo brasileiro precisa superar a receita da austeridade e promover direitos. O orçamento público brasileiro é uma peça central de disputa políticas mas, de acordo com a Constituição brasileira e acordos internacionais assinados pelo Brasil, precisa acima de tudo garantir direitos para todos, como saúde, educação e habitação. As mulheres, ao serem centrais para a economia e para a reprodução da sociedade brasileira, devem ter um papel central na construção do orçamento público que o Brasil precisa.



PARA SABER MAIS

Para monitorar as ações específicas para as mulheres, o governo federal brasileiro passou a publicar o relatório A Mulher no Orçamento, e cada vez mais orçamentos no Brasil e pelo mundo estão sensíveis a questões de gênero.

Gastos Públicos e o efeito multiplicador: vídeo do Inesc com a Gazetinha da Guanabara

Artigo: Por que as mulheres saíram do mercado de trabalho do Brasil em 2020?

Artigo: Após pandemia, mulheres enfrentam ainda mais dificuldade para retornar ao mercado de trabalho

Artigo: Metade das mulheres passou a cuidar de alguém na pandemia

Imagem: A política fiscal nunca é neutra em relação às discriminações



3

A REFORMA TRIBUTÁRIA TEVE CONQUISTAS IMPORTANTES ATÉ AGORA, MAS AINDA PRECISA AVANÇAR PARA GARANTIR VITÓRIAS PARA AS MULHERES

Neste semestre, na Universidade, Adrielle teve um seminário sobre Gênero e Tributos no Brasil. Ela ficou extremamente empolgada com as reflexões apresentadas pelos convidados, que partiram, em maioria, para abordagens sobre economia dentro de uma lógica que ela se identifica.

O último capítulo da disputa pelo orçamento foi a aprovação da reforma tributária no final de 2023, e sua regulamentação no fim de 2024. Com esta reforma, cinco impostos das esferas federal, estadual e municipal (PIS, COFINS, ISS, ICMS e IPI) serão substituídos por três novos impostos: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o Imposto Seletivo (IS). Os novos tributos

começarão a ser cobrados em 2027, de forma progressiva e concomitante com os tributos antigos até 2033, quando a transição será finalizada.

Além disso, a reforma inseriu uma novidade no sistema tributário nacional, a devolução de tributos a pessoas de baixa renda, ou *cashback*, que beneficiará famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) com renda familiar mensal por pessoa declarada de até meio salário mínimo. A reforma estabeleceu devolução de 20% da CBS e do IBS, exceto para produtos com incidência de imposto seletivo, e 100% da CBS e 20% da IBS para compra de gás, contas de água, energia elétrica e telecomunicações.

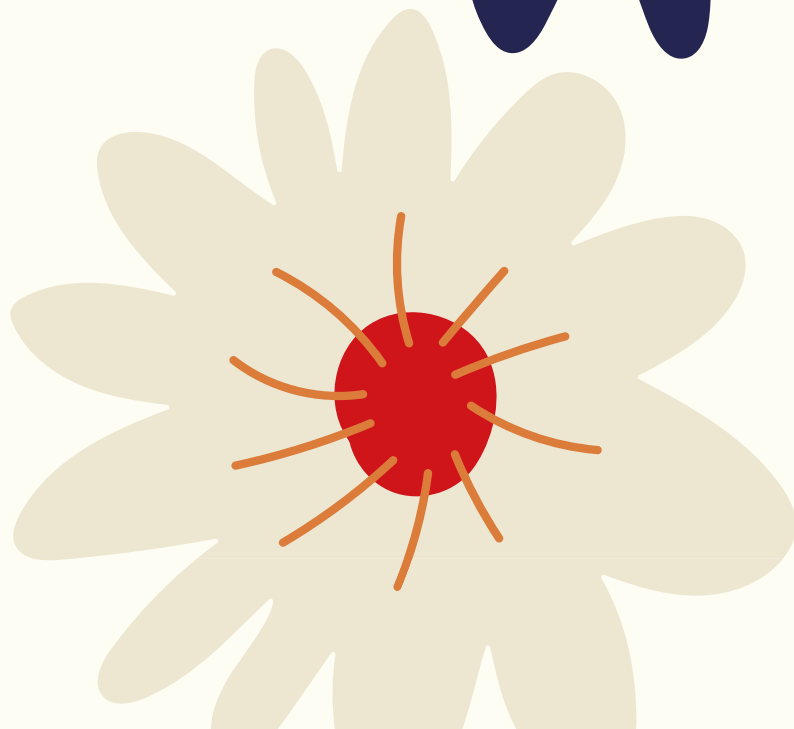
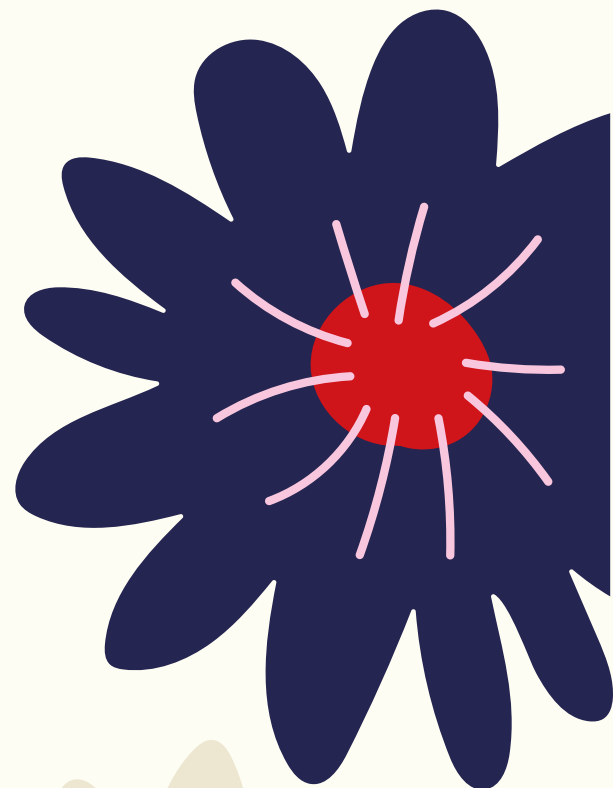
?

A reforma tributária do consumo é fundamental para redução das desigualdades sociais. Como já vimos, os impostos sobre o consumo são regressivos, dado que a renda de grande parte da população brasileira é comprometida com gastos em produtos e serviços, como alimentação, roupas e transporte, que serão taxados pelos novos impostos.

Esta reforma teve como objetivo principal simplificar o emaranhado tributário brasileiro, facilitando a vida dos fiscais, das empresas e das pessoas. Porém, ela também se comprometeu a uma segunda etapa, a reforma da renda e do patrimônio. Esta segunda etapa é muito mais desafiadora em termos políticos, pois entra na questão das desigualdades e na possibilidade de distribuir a carga tributária de maneira mais justa, cobrando mais impostos de renda e patrimônio, que hoje são baixos no Brasil.

O governo federal sinalizou uma proposta de reforma no imposto de renda de isenção para quem tem renda de até R\$ 5 mil mensais e criação de uma alíquota efetiva mínima de 10% para quem ganha a partir de R\$ 50 mil por mês. Porém, o governo ainda não apresentou oficialmente o projeto de lei.

A reforma tributária é imensa e complexa, mas existem quatro pontos fundamentais para as mulheres:



IMPOSTO SELETIVO

O Imposto Seletivo, que foi criado pela reforma tributária, tem como objetivo sobretaxar produtos e alimentos que fazem mal à sociedade. Este tipo de taxação já existia no Brasil antes da reforma e é uma política que funciona para melhorar a saúde da população e diminuir as demandas do sistema de saúde. De acordo com a regulamentação da Reforma Tributária, aprovada no fim de 2024, bebidas açucaradas, produtos de tabaco e bebidas alcoólicas farão parte do Imposto Seletivo. O texto garante também reajuste anual de acordo com a inflação para tabaco e álcool.

Por outro lado, há produtos que deveriam ter entrado na lista dos impostos seletivos, por causarem danos à população brasileira, porém não entraram, como armas, munições e agrotóxicos. Como estes produtos serão considerados produtos prejudiciais à saúde humana, será possível inclusive que beneficiários da devolução de tributos (cashback) obtenham a devolução de 20% das alíquotas de CBS/IBS incidentes.

IMPOSTOS PARA PRODUTOS MENSTRUAIS

Este foi, sem dúvidas, um dos temas que mais marcou Adrielle e fez ela refletir. A palestrante discursava:

SABE AQUELA GILETE ROSA NA FARMÁCIA, QUE É IGUAL, MAS MAIS CARA, QUE A GILETE AZUL? ESTE FENÔMENO DOS PRODUTOS PARA MULHERES SEREM MAIS CAROS É UMA REALIDADE NO BRASIL E NO MUNDO. AS MULHERES TAMBÉM POSSUEM DESPESAS ADICIONAIS, COMO ABSORVENTES E ANTICONCEPCIONAIS, E MUITAS VEZES ELAS NÃO CONSEGUEM PAGAR ESTES PRODUTOS, QUE EXISTEM UNICAMENTE DEVIDO A ESTRUTURA FISIOLÓGICA DAS PESSOAS QUE MENSTRUAM. PARTE DESTA CONTA É DOS TRIBUTOS: OS ABSORVENTES, POR EXEMPLO, ESTÃO SUJEITOS A UMA ALÍQUOTA MÉDIA DE APROXIMADAMENTE 27,25% NO BRASIL. O RESULTADO É QUE A POBREZA MENSTRUAL AFETA 1 EM 4 MULHERES NO BRASIL E LEVA A CONSEQUÊNCIAS COMO AUSÊNCIAS RECORRENTES NA ESCOLA E NO TRABALHO E A NECESSIDADE DE USAR OBJETOS COMO PAPEL HIGIÊNICO, JORNAIS, PAPELÃO, ROUPAS VELHAS E ATÉ MIOLO DE PÃO NO LUGAR DE ABSORVENTE.

A REFORMA TRIBUTÁRIA PODE E DEVE REPARAR ESTAS DESIGUALDADES DE GÊNERO. NESTE SENTIDO, MULHERES SE ORGANIZARAM PARA INFLUENCIAR NA AGENDA, COMO POR EXEMPLO NOS GRUPOS TRIBUTAÇÃO E GÊNERO E TRIBUTAÇÃO JUSTA REPARAÇÃO HISTÓRICA. COM A APROVAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, AS MULHERES CONSEGUIRAM VITÓRIAS FUNDAMENTAIS, COMO A INCLUSÃO DE PRODUTOS DE CUIDADO MENSTRUAL (TAMPÕES, ABSORVENTES HIGIÊNICOS E COLETORES MENSTRUAIS) NA LISTA DOS PRODUTOS QUE RECEBERÃO BENEFÍCIO FISCAL DE 100%.

Enquanto escutava a palestra, Adrielle, imaginativa como sempre, lembrava de um episódio da adolescência. Era uma tarde de domingo abafada em Salvador (BA), daquelas em que o sol brilha sem piedade, e a rua calçada em frente à casa de Tia Maria, madrinha de sua mãe, fervilhava de vida. Ela e as amigas disputavam cada metro, ora brincando de pular elástico, ora com a bola de meia, enquanto as gargalhadas se misturavam aos gritos de “passa

aqui”. Tudo parecia um caos harmônico. Ela tinha seus 13 anos, morava com a mãe e a avó em cima da casa de Tia Maria, que lhes tinham cedido a laje para construir a tão sonhada casa própria. Então, a casa delas era, e ainda é, um pouco a extensão da casa de Tia Maria, que era mais uma das mulheres da sua família, mesmo que o laço não tenha sido de sangue, mas de amor e acolhimento.

Naquele dia, ela corria, chutava e caía como se a felicidade tivesse a forma exata do máximo de brincadeiras que pudesse inventar. Vó Antônia sempre a chamava de moleca espevitada, mas desde que a adolescência começou a bater na porta, sua mãe lhe ensinava que um dia ela se tornaria “moça”. “Carrega um ‘módes’ na mochila, por precaução”, orientava, sempre firme. E lá estavam eles, os absorventes cuidadosamente guardados entre os cadernos e a lancheira, como um escudo silencioso contra o inesperado que logo chegaria. Eu não entendia bem o porquê de tanto alarde – até aquele dia.

A brincadeira parou de repente. Uma das meninas, Letícia, que corria com a bola presa aos pés como quem carrega um tesouro, parou no meio da rua. Seu short claro denunciava o que suas mãos agitadas tentavam esconder. Um filete de sangue, discreto e ao mesmo tempo avassalador,

descia pela perna magra. O silêncio tomou conta como um trovão mudo.



LETÍCIA, VÉI...
CÊ TÁ MACHUCADA?

Perguntei, disfarçando minha própria surpresa. Mas ela apenas balbuciou algo, evidentemente constrangida.



ADRIELE, LETÍCIA,
PRA DENTRO DE CASA!

Minha Vó Antônia, que sempre acompanhava vigilante nossas brincadeiras, sentada na calçada com Tia Maria, logo notou o que havia acontecido.

A roda desfez-se rapidamente, cada uma voltando para casa com um misto de curiosidade e desconforto. Letícia e eu corremos para a casa de Tia Maria, e esperei na sala enquanto minha avó e sua comadre ofereceram à minha amiga uma troca de roupa e um absorvente. Ainda constrangida, ela aceitou, e logo depois voltou para casa. Mas algo naquele dia ficou suspenso, uma fissura que, aos poucos, comecei a compreender.



Nos dias seguintes, Letícia não apareceu na escola. Preocupada, na sexta-feira perguntei à minha mãe se depois da aula eu poderia levar as tarefas e deveres de casa para Leti. Era verdade, mas também uma desculpa para descobrir o que estava acontecendo. A casa de Letícia ficava num beco apertado e escuro, onde o ar era mais pesado e o chão mais árido. Quando cheguei, a vi sentada na soleira, cabisbaixa.



OI, LETI!
TÔ TRAZENDO AS COISAS DA ESCOLA.
VOCÊ TÁ BEM?

Letícia ergueu os olhos, com um sorriso pequeno.



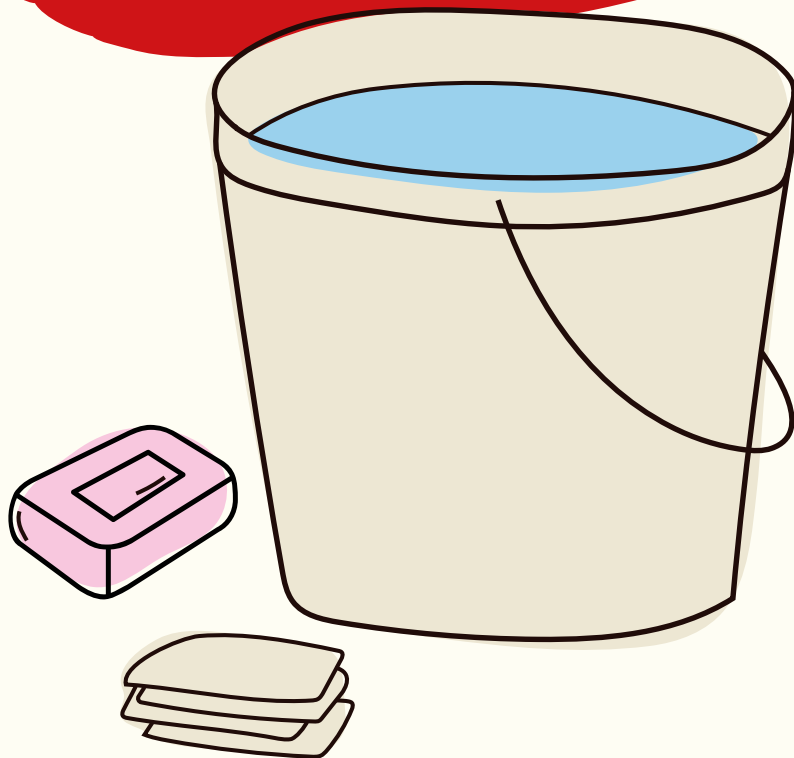
TÔ BEM, SÓ NÃO FUI ESSES DIAS.
NÃO TINHA COMO. MAS NA SEGUNDA EU JÁ VOLTÓ.



COMO ASSIM, NÃO TINHA COMO?

FOI ENTÃO QUE EU REPAREI: UM BALDE COM PANOS DE ALGODÃO E UMA BARRA DE SABÃO NO CANTO DA PORTA. AOS POUCOS, AS PALAVRAS VIERAM, ENTRECORTADAS PELA VERGONHA E A CONFIANÇA QUE NASCIA ALI. LETÍCIA NÃO TINHA ABSORVENTES. NEM ELA, NEM SUAS IRMÃS. QUANDO MENSTRUAVAM, FICAVAM EM CASA. ERA ASSIM QUE FUNCIONAVA.

VOLTEI PARA CASA SEM CONSEGUIR PENSAR EM MAIS NADA. NÃO ERA SÓ LETÍCIA, PERCEBI NOS DIAS SEGUINTEs. OUTRAS MENINAS FALTAVAM AULA, SAÍAM ANTES DO RECREIO, FICAVAM CONSTRANGIDAS NAS RODAS DE CONVERSA. O QUE PARA MIM ERA UM CUIDADO BÁSICO, PROVIDENCIADO PELO TRABALHO INCANSÁVEL DA MINHA MÃE, APOIO DA MINHA AVÓ E ATÉ DA NOSSA MADRINHA, PARA TANTAS OUTRAS ERA UM LUXO INALCANÇÁVEL, QUE PODERIA COMPROMETER A PRÓPRIA COMIDA NA MESA. E QUE CERTAMENTE COMPROMETIA TAMBÉM SEU DESENVOLVIMENTO ESCOLAR.



FOI ASSIM QUE NASCEU MINHA PRIMEIRA MOBILIZAÇÃO EM TORNO DE UM PROJETO COMUNITÁRIO: A DISTRIBUIÇÃO DE KITS MENSTRUAIS. NO INÍCIO PRECISEI PEDIR DOAÇÕES A VIZINHOS, E CONVENCER MINHA MÃE E MINHA MADRINHA A PEDIR DOAÇÕES DOS CONHECIDOS DE SEUS TRABALHOS. LOGO, MINHA VÓ ANTÔNIA SE OFERECIU PARA FAZER OFICINAS DE COSTURA DE ABSORVENTES DE PANO EM NOSSA CASA. LETÍCIA SE ENGAJOU NO PROJETO, E JUNTAS LEVAMOS PARA A DIRETORIA A IMPORTÂNCIA DE NOSSA ESCOLA DISPONIBILIZAR ABSORVENTES NOS BANHEIROS.

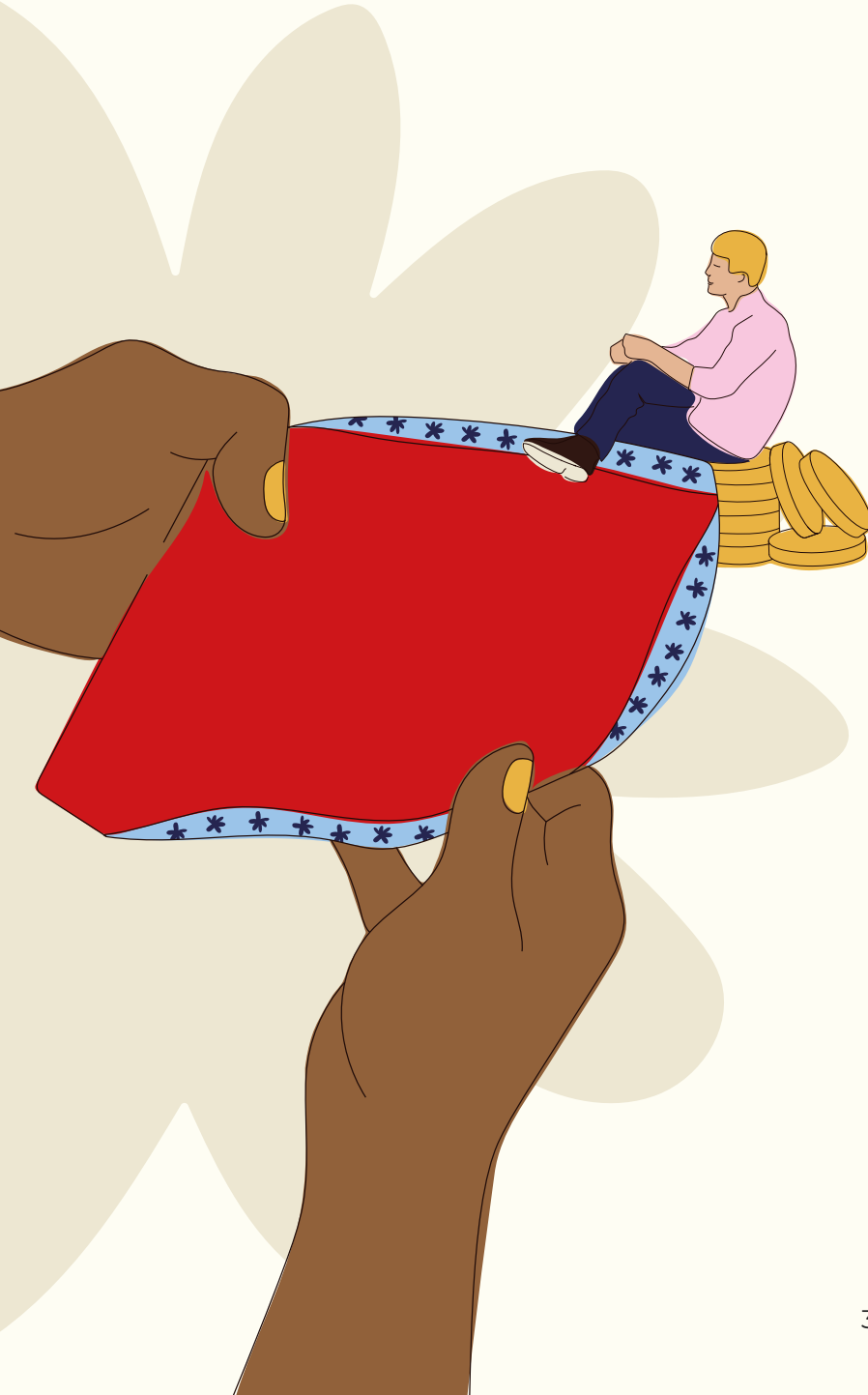
CADA CONVERSA EM TORNO DESSE PROJETO, ERA UM LEMBRETE DE QUE DIGNIDADE MENSTRUAL NÃO ERA PRIVILÉGIO - ERA DIREITO. ASSIM COMO TANTOS OUTROS DIREITOS QUE COTIDIANAMENTE NÃO NOS ALCANÇAM.

Aos poucos Adrielle foi saindo das lembranças, voltando a escutar a palestra e se atentando que a pauta da dignidade menstrual foi a primeira coisa que a motivou a se entender como uma ativista feminista negra.

A IMPORTÂNCIA DA REFORMA DA RENDA E DO PATRIMÔNIO

Em outra palestra no Seminário sobre Gênero e Tributos no Brasil, Adriele se alegrou ao ouvir de um especialista o que ela já sabia e sempre discutia em sala de aula: as mulheres pagam mais imposto de renda que os homens no Brasil. Isso acontece pois 80% dos declarantes nas faixas de renda mais elevadas, com mais isenções de impostos, são homens. Como as mulheres têm menos rendimentos isentos, acabam pagando alíquotas mais altas. Estes números evidenciam uma injustiça enorme dos impostos brasileiros: o fato de que os dividendos, desde 1996, são isentos de taxaçaõ no país. O Brasil é um dos únicos países do mundo que não taxa essa renda, que nada mais é que a distribuição dos lucros de uma empresa entre seus acionistas. Como a renda e o patrimônio, cada vez mais detido na forma de ações, ainda são muito concentrados nos homens, principalmente os homens brancos, esta injustiça aparentemente apenas tributária tem implicações de gênero e raciais.

Existem outros problemas na taxaçaõ da renda e do patrimônio que precisam ser resolvidos na segunda etapa da reforma tributária para garantir



que o sistema tributário de fato lute contra as desigualdades que ele provoca. O patrimônio rural no Brasil, por exemplo, é muito pouco taxado, o que favorece os grandes proprietários de terra em detrimento das comunidades indígenas e da agricultura familiar, e o imposto sobre grandes fortunas existe constitucionalmente, mas nunca foi implementado no Brasil. É por estes e outros motivos que, após a regulamentação da reforma do consumo, é fundamental que o governo aprove uma reforma na renda e do patrimônio que favoreça as mulheres. A proposta apresentada pelo governo até agora, de reforma no imposto de renda, é importante, porém insuficiente para responder a todas as injustiças na taxaço de renda e patrimônio no Brasil.

Também é importante refletir que a herança, no Brasil, tem uma reprodução histórica racista, na medida em que a terra e as riquezas não foram distribuídas para as pessoas negras e indígenas após a abolição. Assim, os bens imóveis estão muito mais concentrados nas mãos das famílias brancas. Neste sentido, é importante que se considere também a questão da reforma agrária, da infraestrutura urbana e da reparação histórica nos debates sobre reforma tributária.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA REFORMA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A última palestra do seminário sobre Gênero e Tributos, na Universidade de Adriele, falou de como o Brasil possui uma das piores distribuições de renda e de riqueza do mundo. Os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total do país. Nos Estados Unidos, país com fortes desigualdades sociais, os 10% mais ricos ganham 45% da renda geral do país. Na China, esse índice é de 42%. Na Europa, ele se situa entre 30% e 35%. O nosso sistema tributário atual não só não resolve isso, mas piora a distribuição de renda, deixando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. As propostas aqui debatidas seriam um começo importante na luta contra as desigualdades, em suas dimensões de renda, raça e gênero.

Dada esta importância central da reforma tributária, urge incluir também um sistema de avaliação periódica do impacto do novo sistema tributário na redução das desigualdades, observadas as interseccionalidades. Precisamos sempre monitorar como o orçamento público está sendo utilizado e quais as implicações para as mulheres e as pessoas

que mais precisam dele. Um sistema de avaliação quinquenal destes impactos é uma proposta da Reforma Tributária 3S, conjunto de organizações que se juntaram para propor uma reforma Sustentável, Saudável e Solidária. Na regulamentação da Reforma Tributária, parte dessa ideia entrou, pois a cada cinco anos, o Poder Executivo e o Comitê Gestor do IBS farão uma avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade dos regimes com alíquota diferenciada, enquanto políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento econômico.

Depois daquela diação empolgante na Universidade, ao chegar em casa à noite, entusiasmada com tudo que havia aprendido, Adrielle foi preparar o café da família. O cheiro do grão torrado, moído e cozido pairava no ar, enquanto a jovem conversava com a mãe e a avó.

Adrielle amava ouvir Neide contar suas memórias de infância e juventude, ouvir falar da poeira vermelha de Cachoeira de Itáyuba que coloria suas lembranças. Uma infância difícil, entre as galinhas e os porcos, as hortas e as lamas, onde a água dos igarapés alimentava a vida que já carregava o veneno das mineradoras.



ENQUANTO SUA AVÓ LABUTAVA NA ROÇA, EU ENFRENTAVA AS DIFICULDADES DE ESTUDAR NA SEDE DA CIDADE. COM MUITA FORÇA DE VONTADE, TERMINEI OS ESTUDOS E ME FORMEI TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Contava Neide e ouvia Adrielle, pela centésima vez a história que todas amavam.



NEIDE É O ORGULHO DA FAMÍLIA!

A história delas tem um marco importante. Aos 50 anos, Dona Antônia descobriu que tinha uma doença agressiva nos rins, resultado da exposição ao mercúrio e outras toxinas presentes na terra e na água. Ao mudarem para Salvador, Dona Antônia, já aposentada, conseguiu se tratar, mas hoje, quase com 70 anos, está cada dia mais dependente e Neide vive para cuidar dela, e da neta Sofia, filha de Adrielle, dependendo economicamente do Bolsa Família.

Tia Maria, comadre de Dona Antônia, era de Cachoeira de Itáyuba mas vivia há anos em Salvador, foi uma verdadeira benção na vida desta família, que acabou criando raízes na Bahia, mas nunca esqueceram nem se desapegaram do Pará.

Nem tudo que pensava Adriele compartilhava com suas mais velhas, mas ao ouvir aquela história repetida que amava, ao relacionar com tudo que vinha aprendendo na Universidade, ela sabia que as vidas das mulheres da sua família foram e são determinadas pelos acessos aos direitos humanos básicos, melhor dizendo, pela falta deles. Por isso a pauta da reforma tributária lhe parecia tão revolucionária a ponto de querer compartilhar com sua mãe, mesmo correndo o risco de ser chamada de “universitária” de maneira debochada e afetiva, que era o que Neide sempre fazia quando Adriele insistia nesses assuntos. Na verdade, a mãe gostava mesmo de perceber como a filha era inteligente e estava na Universidade, que sempre foi o seu sonho.



MÃE, UMA PROFESSORA LÁ DA FACULDADE FALOU HOJE SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA. PARECE QUE FINALMENTE VÃO TAXAR OS RICOS, RICOS DE VERDADE. SEM CONTAR QUE NO BRASIL AS MULHERES PAGAM MAIS IMPOSTO QUE OS HOMENS, SABIA?



Neide, com sua experiência de vida, respondeu:



MINHA FILHA, A GENTE SEMPRE SOUBE QUE AS COISAS NÃO ERAM JUSTAS. UMA CERTA VEZ, PAREI PARA LER AS NOTAS FISCAIS DE TUDO QUE COMPRAMOS PARA PASSAR AS FESTAS DE FIM DE ANO. OLHEI DA CESTA BÁSICA, DOS ALIMENTOS DA CEIA DE NATAL, DAS ROUPAS E CALÇADOS NOVOS QUE ESTÁVAMOS PRECISANDO... QUASE CAÍ PARA TRÁS QUANDO CALCULEI QUE QUASE $\frac{1}{3}$ DO VALOR QUE PAGAMOS ERA IMPOSTO. FIQUEI TRISTE, VIU?! TUDO CARO, ATÉ QUANDO EU RECEBIA SALÁRIO, QUE QUASE NÃO DAVA PARA NADA, TINHA IMPOSTO. AINDA APARECIA PROPAGANDA NO MEU CELULAR FALANDO: 'INVISTA NA BOLSA DE VALORES, INVISTA NO SEU FUTURO'. E SOBRA ALGUMA COISA?! E OUTRA, SE SOMOS MULHERES NEGRAS A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO DO PAÍS E SOMOS NÓS QUEM MAIS PAGAMOS IMPOSTOS PORQUE GASTAMOS TUDO QUE GANHAMOS EM ITENS DE CONSUMO, POR QUE O GOVERNO NÃO RETORNA O QUE INVESTIMOS EM FORMA DE SERVIÇOS PÚBLICOS? QUE NADA...

Em poucos segundos a jovem refletiu profundamente na linha de raciocínio de mãe e continuou,



POIS É... E A PROFESSORA EXPLICOU QUE A CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL É ABSURDA. OS 10% MAIS RICOS DETÊM MAIS DA METADE DA RENDA DO PAÍS! E A METADE MAIS POBRE NO BRASIL POSSUI MENOS DE 1% DA RIQUEZA DO PAÍS.

É, MINHA FILHA, PARECE QUE QUEM TEM MAIS, QUER SEMPRE MAIS.

AS MENINAS' DO 'BOM XIBOM XIBOM BOMBOM' SEMPRE ESTIVERAM CERTAS.



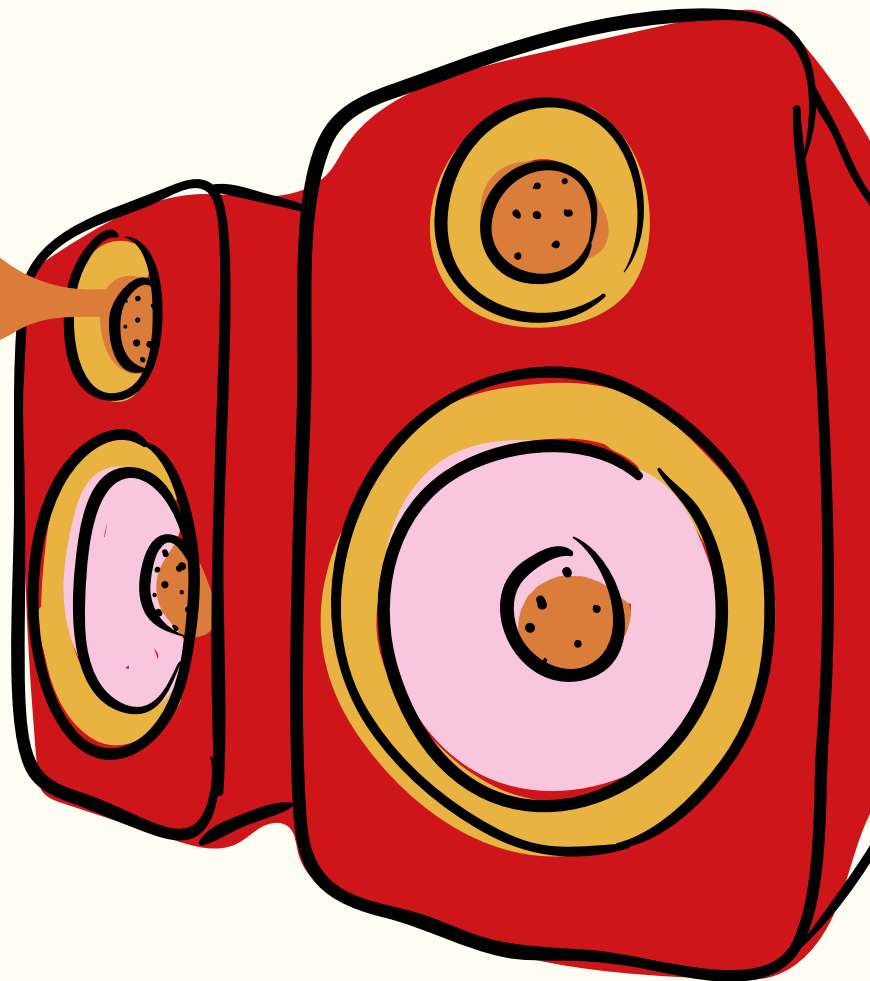
Elas se olharam naquele instante e riram. Adriele lembrava vagamente da música que sua mãe cantava em alto e bom som:

*"ANALISANDO ESSA CADEIA HEREDITÁRIA,
QUERO ME LIVRAR DESSA
SITUAÇÃO PRECÁRIA*

*ONDE O RICO CADA VEZ FICA MAIS RICO
E O POBRE CADA VEZ FICA MAIS POBRE*

*E O MOTIVO TODO MUNDO JÁ CONHECE
É QUE O DE CIMA SOBE
E O DE BAIXO DESCE."*

Entusiasmada, Adriele correu para procurar a tal música na internet e a reproduziu na caixinha de som. Admirada como a arte de um grupo de pop e axé formado por jovens negras baianas, do final do século XX, refletia tão profundamente com os temas de desigualdade econômica e a luta por uma vida melhor através dessa letra.





EU DANCEI TANTO ESSA MÚSICA, FOI UM DOS GRANDES HITS NACIONAIS DOS ANOS 2000!

Adrielle concluía ali, que indiscutivelmente, as mulheres negras sempre foram muito criativas nas formas de lutar por Bem Viver, e denunciar as injustiças dessa sociedade.



A REFORMA TRIBUTÁRIA PODE MUDAR ISSO.

Rebatia a jovem, que adorava vídeos de dancinhas no tik tok mas não sabia aquela coreografia dançada pela mãe. Enquanto tentava repetir os passos da mãe, ela prosseguia:

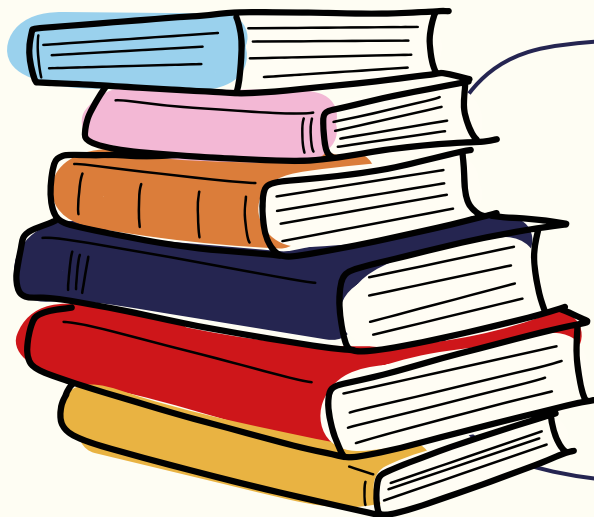


PRECISAM TAXAR O PATRIMÔNIO RURAL TAMBÉM, QUE SEMPRE FAVORECEU OS GRANDES LATIFUNDIÁRIOS. E O IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS, QUE JÁ EXISTE NA CONSTITUIÇÃO, FINALMENTE VAI SER IMPLEMENTADO!



TOMARA, MINHA FILHA. TOMARA QUE ESSA REFORMA AJUDE A DIMINUIR A DESIGUALDADE E QUE AS MULHERES, QUE SEMPRE CARREGARAM O PAÍS NAS COSTAS, FINALMENTE TENHAM UM POUCO DE JUSTIÇA.

Disse Neide, com um brilho de esperança nos olhos.



PARA SABER MAIS

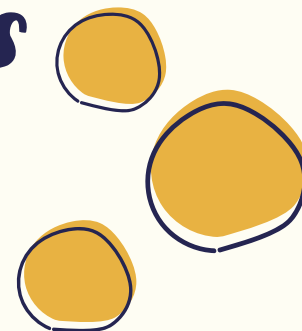
Página do governo federal com o andamento da regulamentação da reforma tributária

Propostas da sociedade civil para taxaço de renda e patrimônio



4

MUITAS RENÚNCIAS FISCAIS BRASILEIRAS NÃO FAVORECEM AS MULHERES, E SIM AS ELITES BANQUEIRAS, DO AGRONEGÓCIO E DA MINERAÇÃO



Desde o seminário sobre Gênero e Tributos no Brasil, Adrielle ficou ainda mais determinada a estudar e entender sobre como o sistema tributário brasileiro gera injustiças sociais. Ela começou a ler sobre renúncias fiscais, e descobriu que estas são tudo aquilo que reduz o valor tributário recolhido pelos governos e beneficia apenas um grupo da população. Elas podem ser de vários tipos e logo tem vários nomes: incentivos, isenções, anistias, remissões, subsídios, benefícios. Independentemente do nome, o que importa é entender que eles são gastos indiretos do governo, feito por meio do sistema tributário, para promover alguma política pública. O Simples, por exemplo, é uma renúncia para beneficiar pequenas empresas, enquanto a Lei Rouanet é um incentivo para o setor cultural.

Com a aprovação e regulamentação da Reforma Tributária, a Cesta Básica, composta de produtos saudáveis e sustentáveis, terá alíquota zero, o que beneficiará a alimentação de toda população brasileira. Além disso, haverá alíquota reduzida em 60% para produtos hortícolas e minimamente processados e, ainda, para castanhas, óleos e farinhas, produtos da sociobiodiversidade brasileira. Estes produtos são fundamentais para mulheres do campo, indígenas e quilombolas. Portanto, os incentivos fiscais na Cesta Básica e nestes produtos foram uma vitória fundamental para as mulheres brasileiras.

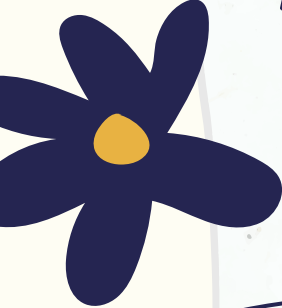
Mesmo quando a renúncia fiscal é positiva, como o governo está deixando de arrecadar e promovendo uma política, ele precisa avaliar quem está se beneficiando dela e se seus objetivos estão sendo cumpridos. Porém, a realidade brasileira é outra: todos os anos são aprovados novos incentivos fiscais e o rombo nas contas é gigante: foram pelo menos R\$ 789 bilhões em 2024, valor maior que o dobro do planejado com investimento em saúde (R\$ 225 bi) e educação (R\$ 168 bi) pelo governo federal no mesmo ano. Ademais, diferentemente do orçamento público, que é limitado por regras fiscais e todo ano precisa ser discutido e aprovado no congresso, não há limites para a expansão dos incentivos fiscais, muitos dos quais se mantêm por décadas no orçamento, sem nenhuma avaliação.

Esta disparidade do tratamento destes gastos indiretos com os gastos diretos do governo e falta de transparência e avaliação de seus impactos esconde privilégios das renúncias fiscais. Os grandes beneficiários de alguns destes incentivos são as grandes empresas do agronegócio e da mineração, em detrimento das mulheres, principalmente rurais, quilombolas e indígenas. Populações estas, que estão na linha de frente da expansão de um modelo econômico que aumenta as desigualdades e destrói o meio ambiente.

VOINHA É UMA DAS
MILHÕES DE MULHERES
VÍTIMA DESSE SISTEMA.

Adrielle pensava a cada novo artigo que lia.

O agronegócio é muito beneficiado no Brasil com incentivos, principalmente em âmbito federal. Os incentivos aos agrotóxicos, por exemplo, somam bilhões de reais e estimulam uma agricultura mercantilizada e adoecedora, reforçando um modelo agrícola dependente de insumos produzidos em sua maioria por empresas transnacionais. Além disso, a Lei Kandir isenta do pagamento do ICMS as exportações de produtos primários, como milho e soja, levando a arrecadação federal advinda do agronegócio ser muito baixa. Um mercado que movimentava mais de R\$ 30 bilhões por ano, arrecada de tributos federais cerca de R\$ 500 milhões – ou seja, menos de 1,5% da receita bruta do setor.



EM SUMA, O SISTEMA DE RENÚNCIAS FISCAIS PRIVILEGIA O AGRONEGÓCIO EM DETRIMENTO DA ARRECADAÇÃO DO GOVERNO, DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO PLANETA.

AS MULHERES SAEM PERDENDO, POIS SÃO A BASE DA AGRICULTURA FAMILIAR: SEU TRABALHO INCANSÁVEL SUSTENTA A SEGURANÇA ALIMENTAR DAS COMUNIDADES, IMPULSIONA A ECONOMIA LOCAL E PROMOVE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Por sua vez, as renúncias fiscais na Amazônia beneficiam mineradoras e dão prejuízos bilionários aos cofres públicos. O setor da mineração é um dos principais beneficiários dos incentivos na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam. Este privilégio pode ser entendido com o exemplo da empresa Vale, que obteve, em 2021, R\$ 18 bilhões de incentivos fiscais por suas operações na Amazônia e pagou de CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) apenas R\$ 4,3 bilhões, segundo dados oficiais. Estes incentivos não são necessários para a atuação das mineradoras, pois o setor já é muito bem estabelecido e lucrativo, e no contexto de mudanças climáticas, eles nem fazem sentido, já que é preciso desestimular as atividades que prejudicam o meio ambiente, e não incentivá-las.

As mulheres são especialmente impactadas pelo avanço desenfreado na mineração: tanto como trabalhadoras no setor, quanto sofrendo as consequências diretas dos crimes da atividade. Elas têm dificuldade de acesso aos benefícios da mineração, pois recebem menos com a venda do minério em comparação aos homens. Por vezes, acabam contraindo doenças, uma vez que vêm na prostituição

uma maneira garantir sua sobrevivência, principalmente quando a inflação acompanha a chegada de grandes mineradoras em pequenas comunidades rurais.

Os banqueiros e as elites do setor financeiro também ganham com os incentivos fiscais. Além da isenção de dividendos, que já discutidos anteriormente, ainda há a dedução de juros sobre o capital próprio, que também são pagamentos que as empresas fazem aos seus acionistas a título de remuneração. A maior parte dos lucros e dividendos distribuídos concentra-se nos contribuintes mais ricos e em 2020 estes dois benefícios fiscais retiraram da base de cálculo do imposto de renda mais de R\$ 513 bilhões.

As grandes empresas também ganham benefícios fartos, como os programas de parcelamento de dívida com a União. A ideia é que, ao dar descontos ou conceder anistias a empresas que não pagaram totalmente seus tributos, o governo consegue garantir a entrada de algum dinheiro nos cofres públicos, ainda que ao custo dos descontos. São majoritariamente os grandes devedores - as grandes empresas - que conseguem se beneficiar dessas iniciativas do governo. Além de receberem renúncias

fiscais e conseguirem negociar suas dívidas mais facilmente, as grandes empresas também contratam times de advogados e contadores para evitar ao máximo pagar impostos, utilizando-se de paraísos fiscais e encontrando brechas nas legislações tributárias pelo mundo. Estima-se que o governo brasileiro perde cerca de R\$ 45 bilhões de reais por ano com o abuso fiscal das multinacionais.

Mesmo com a aprovação da reforma tributária, o cenário atual é de manutenção destes enormes privilégios. Em relação aos agrotóxicos, esses produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, não estão incluídos na lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, e sim na lista de beneficiados pela redução de 60% da alíquota, junto aos insumos agropecuários, fertilizantes, vacinas veterinárias e outros materiais da agropecuária. A Sudam, por sua vez, teve seus incentivos renovados em 2023, sem nenhuma avaliação desta política de incentivos, que dura mais de 60 anos. A questão dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio devem ser debatidas na segunda parte da reforma, e o governo vem sinalizando iniciativas para aumentar a arrecadação dos mais ricos, como a proposta em âmbito do G20 de taxação dos bilionários e a taxação de multinacionais.

RENÚNCIAS FISCAIS SÃO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA LEGÍTIMOS, MAS HOJE, NO BRASIL, MUITOS DELES FORAM DISTORCIDOS PARA FAVORECER UMA ELITE BRANCA MASCULINA.

AS MULHERES PRECISAM LUTAR POR RENÚNCIAS FISCAIS JUSTAS, QUE SEJAM CONHECIDAS E AVALIADAS PELA POPULAÇÃO E QUE AJUDEM AS MULHERES E O PLANETA.

Toda literatura sobre renúncias fiscais interessou muito Adrielle, mas como este processo se deu na Amazônia, e no contexto das cidades com a presença de grandes mineradoras, foi ainda mais fascinante, porque ela conseguia associar diretamente com todas as histórias que Dona Antônia lhe contou ao longo da vida.

Dona Antônia era uma verdadeira *griot*, com uma memória impressionante, a anciã contou para a neta cada detalhe da sua vida, desde menina, em Cachoeira de Itáyuba, no Pará. A região abriga as maiores jazidas de minério do Brasil – ferro, alumínio, cobre, importantes reservas de ouro, entre outros. Ali, a riqueza mineral convive com a pobreza do povo - que é quase todo negro e indígena, e a promessa de prosperidade das mineradoras muitas vezes deixa apenas cicatrizes.



ATÉ A CHEGADA EM SALVADOR, VOVÓ NUNCA IMAGINOU QUE TROCARIA AS TERRAS ÚMIDAS E A SIMPLICIDADE DO INTERIOR PELA AGITAÇÃO DA CAPITAL BAIANA. A HISTÓRIA DELA E DA CIDADE SE MISTURAM: O PEQUENO POVOADO CRESCER À SOMBRA DAS MINERADORAS, PROMETENDO PROSPERIDADE PARA QUEM DEDICASSE À VIDA NAS MINAS, E ENTREGANDO RIQUEZA PARA POUCOS BRANCOS FORASTEIROS E DEIXANDO CICATRIZES, DOENÇAS, MORTE E VIOLÊNCIA PARA O POVO DE LÁ.

ELA LEMBRA QUE AINDA CRIANÇA, QUANDO O OURO COMEÇOU A SER EXTRAÍDO, O BRILHO QUE ATRAIÁ FORASTEIROS ANUNCIAVA UM FUTURO DE EXPLORAÇÃO. AOS 10 ANOS, VOINHA JÁ TRABALHAVA NA ROÇA COM A MÃE, COM QUEM APRENDEU MUITO SOBRE CULTIVOS, E OS RIOS QUE IRRIGAVAM A PLANTAÇÃO CARREGAVAM O VENENO QUE, ANOS DEPOIS, AFETARIA SEUS RINS.

MEU AVÔ, JURACI, TAMBÉM ERA DE CACHOEIRA DE ITÁYUBA. CHAMADO DE JURA DA ENXADA, CONHECIA MUITO AQUELAS TERRAS, COMO A PALMA DA PRÓPRIA MÃO. PRA ELE, COMO PRA MINHA AVÓ, A TERRA ONDE NASCERAM ERA SAGRADA.

MAS PROMETERAM PARA ELE UMA VIDA MELHOR, QUE CHEGARIA ATRAVÉS DO GARIMPO DAS GRANDES MINERADORAS. ASSIM, VÔ COMEÇOU A PASSAR DIAS E NOITES LONGE DE CASA, DORMINDO EM REDES NAS TENDAS QUE IMPROVISAVA.

ELE TINHA MEDO DAS ONÇAS PINTADAS QUE VIVIAM NAQUELE LUGAR E PASSEAVAM POR ALI DIARIAMENTE, MAS MAL SABIA ELE QUE QUEM AMEAÇAVA A SUA VIDA ERA O BICHO HOMEM.

QUERIA TER CONHECIDO VÔ JURA, ACHO QUE DIVIDIRÍAMOS BONS PAPOS SOBRE MÚSICA E PLANTAS MEDICINAIS. TAMBÉM SERIA DE DEIXAR O CORAÇÃO QUENTINHO VER VOINHA AMANDO E SENDO AMADA. ELA CANTAROLA, ÀS VEZES EMOCIONADA, UMA MÚSICA QUE SEU MARIDO GOSTAVA: *“EU RELEMBRO QUE EU FUI PARA O GARIMPO; E DEIXEI A MINHA ESPOSA EM CASA. TRABALHEI DE NOITE SEM PARAR, PARA EM NOSSA CASA, NÃO DEIXAR NADA FALTAR.”*

A MÚSICA DESCREVIA A LABUTA DO VÔ, QUE TRABALHOU POR ANOS NAS GALERIAS DOS POÇOS DAS MINERADORAS, DEMORAVA MESES PARA CONSEGUIR ACHAR ALGUMA COISA, E RECEBIA 1% DO QUE ENCONTRASSE. UM TRABALHO PERIGOSO QUE O LEVOU AOS 35 ANOS, NUM ACIDENTE - UMA PEDREIRA DESMORONOU, DEZENAS DE OUTROS HOMENS MORRERAM JUNTO COM ELE.

VÓ FICOU VIÚVA, COM DOIS FILHOS PARA CRIAR: MEU TIO OTÁVIO, COM 16 ANOS, QUE JÁ TRABALHAVA COM O PAI, E MINHA MÃE, NEIDE, COM APENAS 13. VÓ CONTA QUE A VIUVEZ NÃO PERMITE LUTO, A SOBREVIVÊNCIA TE EMPURRA PRA FRENTE.

O GARIMPO, QUE DAVA O POUCO QUE O GOVERNO NEGAVA, TIROU A SAÚDE E A VIDA DELE E DE TANTOS OUTROS. PARA ELA, A TERRA SE VINGA DE QUEM A EXPLORA, ROUBANDO A SAÚDE E A VIDA DE QUEM A FERRE. A INJUSTIÇA É CLARA: OS PATRÕES, DONOS DE TUDO, ENRIQUECEM ENQUANTO OS TRABALHADORES ADOECEM E MORREM. O LUXO DELES - TERRAS, OURO, COMIDA FARTA E BOA, ROUPAS, AVIÕES, TRATORES, FAMÍLIA E SAÚDE - ESCANCARA A DESIGUALDADE, QUE PRA VÓ SÓ PODE SER OBRA DE DEUS, INJUSTO OU INDIFERENTE.

CRIAR OS FILHOS SOZINHA ERA A MISSÃO. SEGUIR EM FRENTE ALI, COM TUDO MUDADO, ERA DIFÍCIL. O “SUPERMERCADO DE DEUS” GARANTIA ALGUM ALIMENTO, PORQUE COMPRAR NA CIDADE ERA IMPOSSÍVEL. MAS A COMIDA E A ÁGUA JÁ NÃO TINHAM O MESMO GOSTO. ELA GUARDAVA O MELHOR PARA OS FILHOS, COMIA PEIXE QUANDO TINHA, E EM MUITOS DIAS, NADA. A FOME VIROU COMPANHIA CONSTANTE, ASSIM COMO O MEDO DA VIOLÊNCIA QUE ASSOLAVA CADA VEZ MAIS AS FAMÍLIAS DE CACHOEIRA DE ITÁYUBA.

POR DÉCADAS, A PREOCUPAÇÃO A CORROÍÁ. O FUTURO ERA INCERTO. MULHER NÃO TINHA LUGAR NAS MINERADORAS, E PLANTAR JÁ NÃO GARANTIA O MESMO RENDIMENTO QUE ANTES, PRINCIPALMENTE PELO TANTO DE TERRAS QUE LHE RESTOU DEPOIS QUE A GARIMPAGEM SE ALASTROU. PARA MUITAS MULHERES DALI, A OPÇÃO ERA VENDER O CORPO OU SE JUNTAR A UM DAQUELES HOMENS QUE SE MULTIPLICAVAM A CADA ANO – PARA SERVIR DE EMPREGADA E APANHAR – MINHA VÓ SABIA QUE NADA DISSO SERVIA PARA ELA. POR ANOS, JUNTOU CENTAVOS E A ESPERANÇA DE SAIR DAQUELE LUGAR QUE, ANTES PARAÍSO, VIRARA TÁRTARO.

MINHA MÃE, NEIDE, HERDOU A FORÇA DELA. ESTUDOU, VIROU TÉCNICA DE ENFERMAGEM, MAS A CIDADE NÃO OFERECIA OPORTUNIDADES. MINHA AVÓ TINHA TIA MARIA NA BAHIA, UMA PRIMA DE SEGUNDO GRAU, AMIGA DE INFÂNCIA, QUE VEIO EMBORA MOÇA PARA SALVADOR PORQUE CONHECEU UM HOMEM QUE SÓ SERVIU PARA TIRAR ELA DE LÁ DE CACHOEIRA DE ITÁYUBA. EM 2005, COM AS ECONOMIAS DE VOINHA E A AJUDA DE TIA MARIA, VIEMOS AS TRÊS PARA SALVADOR: EU, COM 3 ANOS; MINHA MÃE, COM UM DIPLOMA DE TÉCNICA DE ENFERMAGEM, UMA FILHA PEQUENA E UMA MÃE DOENTE; E VOINHA, COM A APOSENTADORIA DE TRABALHADORA RURAL “INVÁLIDA”, OS RINS, E UMA NETA PEQUENA PRA CUIDAR.



PARA SABER MAIS

Campanha Só Acredito Vendo, por
transparência nas renúncias fiscais

Artigo sobre impacto fiscal da Soja no Brasil

Dados sobre renúncias fiscais do governo
federal

5

PRECISAMOS REPENSAR A ECONOMIA EM PROL DA JUSTIÇA SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO

Era intervalo na faculdade. O fone de ouvido de Adriele reproduzia algum podcast de notícias, na barra de notificações do celular uma mensagem de Neide sinalizava preocupação com o atraso do Bolsa Família. A aposentadoria de dona Antônia ia quase toda para as contas fixas da casa e os gastos com remédio, o Bolsa Família era a única renda fixa que Neide administrava naquele tempo. Adriele respondeu a mensagem tentando acalmar a mãe:



RELAXA MAINHA. MINHA PRIMEIRA BOLSA DO ESTÁGIO TÁ PRA SAIR, DIVIDO COM A SENHORA PARA PAGAR SUAS COISAS, E AINDA SOBRA O DA FÓRMULA DE SOFIA E DO TRANSPORTE.

A resposta de Neide não parecia menos apreensiva:



EU SEI MINHA FILHA, QUE A GENTE DÁ UM JEITO, MAS VOCÊ ESTÁ SE DEDICANDO TANTO, NÃO É JUSTO VOCÊ NÃO FICAR COM NADA DE SEU PRIMEIRO PAGAMENTO.

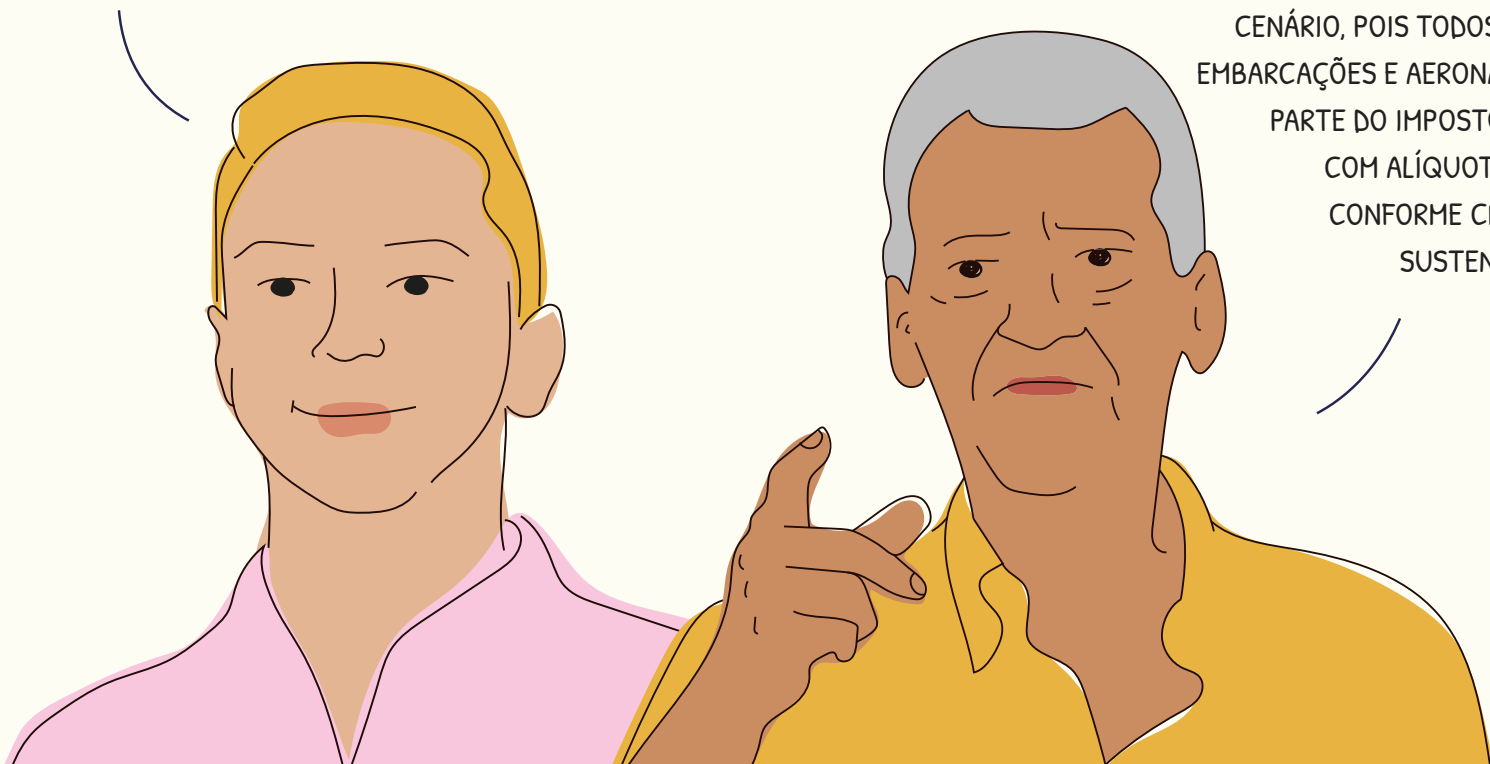
O professor Gilmar entra na sala, ele era conhecido como o “o velho socialista da economia” pelos corredores da Universidade. Aos poucos os estudantes foram voltando e os impactos dos debates da semana do Seminário de Gênero e Tributos ainda fervilhava na turma.

A discussão sobre tributação na classe, que começara com conceitos aparentemente neutros, havia ganhado contornos reveladores quando um colega, que visivelmente queria se gabar entre o grupo mais abastado da turma, ao tempo que alheio à realidade da maioria dos presentes, levantou a mão:

PROFESSOR, MEU PAI COMENTOU QUE COMPROU UM HELICÓPTERO RECENTEMENTE E QUE É MAIS BARATO REGISTRÁ-LO COMO AERONAVE PRIVADA DO QUE PAGAR O IPVA DE UM CARRO DE LUXO. POR QUE ISSO ACONTECE?

O silêncio que se seguiu à pergunta era quase tangível, como se todos estivessem tentando digerir ao mesmo tempo o absurdo e a naturalidade com que fora colocado. O professor, embora claramente desconfortável, explicou:

BEM, ISSO OCORRE PORQUE, NO BRASIL, BENS COMO AERONAVES E EMBARCAÇÕES PARTICULARES NÃO SÃO TRIBUTADOS COM IMPOSTOS COMO O IPVA, QUE INCIDE APENAS SOBRE VEÍCULOS TERRESTRES. ISSO É UM REFLEXO DAS ESCOLHAS FEITAS NO NOSSO SISTEMA TRIBUTÁRIO, QUE HISTORICAMENTE PRIVILEGIA OS MAIS RICOS. PORÉM, A REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO REGULAMENTADA RECENTEMENTE VAI MEXER UM POUCO NESTE CENÁRIO, POIS TODOS VEÍCULOS, EMBARCAÇÕES E AERONAVES FARÃO PARTE DO IMPOSTO SELETIVO, COM ALÍQUOTAS FIXADAS CONFORME CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.



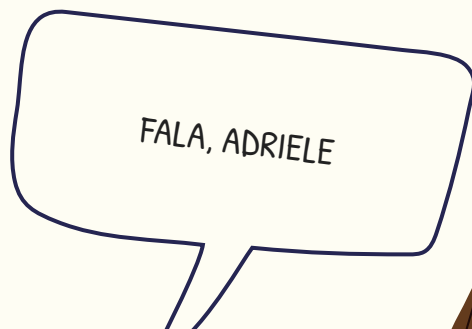
A resposta do professor foi um alento, mas não aliviou o desconforto em parte da turma enquanto alguns colegas do riquinho parabeniza a ele e a seu pai pela aquisição. Adrielle ficou ainda mais indignada e virou-se de lado. Foi nesse instante que seu olhar acabou se cruzando com o de Camila, uma colega que havia engasgado com a água depois da pergunta. Em uma minoria de mulheres na turma, elas eram ainda as únicas negras na disciplina. Espalhadas pela sala, as poucas mulheres trocaram uma compreensão silenciosa, um riso debochado. Um acordo que não precisou de palavras.

Gilmar, porém, reparou na movimentação de Adrielle e das colegas, e como quem foi dar aula disposto a ensinar mais do que tributos, ele provocou:



ADRIELE,
ALGUMA COLOCAÇÃO SOBRE O ASSUNTO?

O cansaço da jovem era tão grande que ela estava decidida a se calar, mas murmurinhos das colegas brotaram de todos os lados:



Adrielle se levantou como se estivesse tomada pela coragem das suas mães velhas e das ancestrais:

SIM, PROFESSOR! ACHO UM ABSURDO E UMA IGNORÂNCIA IMENSA, ESTUDANTES DE ECONOMIA NÃO CONSEGUIREM PERCEBER E REFLETIR COMO O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO GERA E PERPETUA DESIGUALDADES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO. TEMOS UM SISTEMA TRIBUTÁRIO QUE PENALIZA OS MAIS POBRES E PRIVILEGIA OS MAIS RICOS, E AS REGRAS FISCAIS LIMITAM AS DESPESAS COM POLÍTICAS SOCIAIS FUNDAMENTAIS PARA A GARANTIA DE DIREITOS, AMEAÇANDO ATUALMENTE ATÉ OS JÁ INSUFICIENTES GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO.

Imediatamente Camila se levantou e completou:



NÓS, MULHERES NEGRAS, SOMOS ESPECIALMENTE IMPACTADAS POR ESTE ORÇAMENTO INJUSTO, POIS PAGAMOS MAIS IMPOSTOS E NÃO VEMOS ELES SEREM TRADUZIDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS QUE NOS FAVOREÇAM.

O alvoroço foi enorme, uma pequena balbúrdia dividiu a turma. Uma parte aplaudia, gritava e ria. A outra parte, a turma do herdeiro do helicóptero e poucos estudantes pobres que tentavam ser aceitos no grupo, criticavam, debochavam:



QUE GROSSERIA,
NEM PARECE QUE
ISSO AQUI É A
ACADEMIA

POIS É, A UNIVERSIDADE NÃO
É ESPAÇO PARA MILITÂNCIA
OU ACHISMO

E o barulho das conversas e manifestações tomou conta da sala por mais uns minutos até Gilmar conseguir retomar a atenção de todos.



SÓ UMA POLÊMICA PARA
VOCÊS ACORDAREM HEIN

Ele parecia estar satisfeito com a discussão e seguiu.

AO CONTRÁRIO DO QUE DISSERAM ALGUNS, AS FALAS DE ADRIELE E CAMILA NÃO SÃO BASEADAS EM ACHISMOS, SÃO EMBASADAS E REAIS. ENTRETANTO, O ORÇAMENTO PODE E DEVE CONTRIBUIR COM A GARANTIA DE DIREITOS E A LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES. EXISTEM EXEMPLOS NO BRASIL E NO MUNDO QUE APONTAM ALGUNS CAMINHOS. A COLÔMBIA, POR EXEMPLO, APROVOU EM 2022 UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA, E ANO PASSADO OS GOVERNOS PELO MUNDO CRIARAM UMA CONVENÇÃO SOBRE TRIBUTAÇÃO NO ÂMBITO DA ONU, QUE PODE MUDAR AS REGRAS DO JOGO E DIMINUIR O ABUSO FISCAL DAS GRANDES EMPRESAS MULTINACIONAIS.

NO ÂMBITO DO GASTO, JÁ FOI COMPROVADO QUE AS TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS DO GOVERNO FEDERAL APOIAM PRINCIPALMENTE AS MULHERES NEGRAS, E POLÍTICAS COMO O SUS E O BOLSA FAMÍLIA SÃO FUNDAMENTAIS PARA A GARANTIA DE DIREITOS E LUTA CONTRA A POBREZA NO BRASIL. O GOVERNO TAMBÉM DEMOSTROU SEU PODER DE GASTAR MUITO EM POUCO TEMPO QUANDO HÁ UM CONSENSO SOBRE A NECESSIDADE: DURANTE A PANDEMIA O GOVERNO GASTOU R\$ 600 BILHÕES EM RECURSOS ADICIONAIS PARA AJUDAR AS PESSOAS E AS EMPRESAS AFETADAS. POR QUE A PANDEMIA É CONSIDERADA UMA EMERGÊNCIA, QUE MOBILIZA OS POLÍTICOS BRASILEIROS A GASTAR RECURSOS, MAS A LUTA CONTRA A FOME NÃO?

E assim, Gilmar finalizou a aula.

Quando o intervalo começou, Adriele e as colegas se reuniram no canto mais afastado do corredor, onde podiam falar com liberdade.



VOCÊS OUVIRAM AQUILO? A GENTE PAGA IMPOSTO ATÉ NO ARROZ E NO FEIJÃO, MAS OS RICOS CONSEGUEM REGISTRAR HELICÓPTEROS SEM PAGAR NADA?



E ISSO NÃO É NEM O PIOR. LÁ NO MEU BAIRRO TEM UM GRUPO DE MULHERES QUE COMEÇOU A SE ORGANIZAR PRA COMPRAR COMIDA COLETIVA PORQUE O DINHEIRO NÃO DÁ, PORQUE CONSEGUEM DESCONTOS NA COMPRA POR QUANTIDADE. IMAGINEM QUE ATÉ 2024, 40% DA NOSSA CESTA BÁSICA ERAM IMPOSTOS. E O RETORNO? ZERO. ESCOLA RUIM, POSTO DE SAÚDE CAINDO AOS PEDAÇOS... NADA. ISSO VAI MUDAR COM A REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, QUE PREVÊ ISENÇÃO DE IMPOSTOS DESTES PRODUTOS, MAS PRECISAMOS ESTAR VIGILANTES PARA QUE SEJA REALMENTE IMPLEMENTADO! ISSO É MUITO REAL.



MINHA MÃE VENDE MARMITA, E SEMANA PASSADA ELA FICOU DESESPERADA PORQUE SUBIRAM O PREÇO DO GÁS. EU FUI TENTAR AJUDAR E VI QUE BOA PARTE DESSE AUMENTO É IMPOSTO. SÓ QUE, PRA ELA, NÃO TEM ESCAPATÓRIA, E AINDA TEMOS QUE ESPERAR ATÉ 2027 PARA O 100% DE CASHBACK NO GÁS APROVADO PELA REFORMA TRIBUTÁRIA COMEÇAR A VALER NA PRÁTICA. AGORA IMAGINA QUANTOS MILHÕES DE MULHERES NEGRAS ESTÃO NA MESMA SITUAÇÃO? ENQUANTO ISSO, TEM GENTE MANDANDO DINHEIRO PRA FORA DO PAÍS EM FUNDO DE INVESTIMENTO QUE TAMBÉM QUASE NÃO PAGA IMPOSTO.



É COMO SE NOSSO TRABALHO BANCASSE A RIQUEZA DELES.

A conversa continuou, cada uma trazendo exemplos que misturavam experiências pessoais e estatísticas que vínhamos aprendendo no curso. Elas falavam da regressividade do sistema tributário, que faz com que os mais pobres paguem proporcionalmente mais impostos do que os mais ricos. E, sobretudo, das interseccionalidades que tornavam as mulheres negras as maiores vítimas desse ciclo perverso.



VOCÊS JÁ PARARAM PRA PENSAR QUE O ORÇAMENTO PÚBLICO PODIA SER O OPOSTO DISSO TUDO?”, TIPO, AO INVÉS DE REFORÇAR AS DESIGUALDADES, ELE PODIA COMBATER. MAS PRA ISSO A GENTE PRECISAVA REFORMAR O SISTEMA E REDISTRIBUIR AS PRIORIDADES.



E PRA ISSO A GENTE PRECISA DE VOZ! EU TÔ CANSADA DE VER O PESSOAL DISCUTINDO REFORMA TRIBUTÁRIA COMO SE FOSSE SÓ UMA QUESTÃO TÉCNICA. É SOBRE QUEM PAGA A CONTA E QUEM RECEBE O BENEFÍCIO. E AS MULHERES NEGRAS ESTÃO SEMPRE PAGANDO A CONTA.

O silêncio que se seguiu foi diferente daquele da sala de aula. Não era um silêncio de perplexidade, mas de determinação. Então eu o rompi:

VAMOS CRIAR UM COLETIVO. NÃO SÓ PRA DENUNCIAR, MAS PRA PROPOR. SE O SISTEMA TRIBUTÁRIO PENALIZA AS MULHERES NEGRAS, A GENTE VAI MOSTRAR COMO ELE PODE SER DIFERENTE. COMO ELE PODE SER UMA FERRAMENTA DE JUSTIÇA, E NÃO DE EXCLUSÃO.

E assim, naquele intervalo, nasceu um coletivo que começava com quatro vozes, mas carregava em si o eco de milhões. Um manifesto aguardava para ser escrito, e a sala de aula nunca mais seria a mesma. Elas ouviram suas mães, avós, amigas, vizinhas, e buscaram definir as **pautas fundamentais**:

1 Fim das limitações excessivas aos gastos brasileiros, com a reformulação do novo arcabouço fiscal e priorização no orçamento das despesas que beneficiem as mulheres, principalmente mulheres negras, indígenas e quilombolas.

- 2** Aprovação de uma reforma progressiva dos tributos da renda e do patrimônio brasileiro.
- 3** Avaliação e reformulação dos incentivos fiscais brasileiros, com o fim dos privilégios do setor financeiro, do agronegócio e da mineração.

E para além destas propostas de curto e médio prazo pensadas por Adriele e suas colegas, precisamos repensar o atual modelo econômico que o orçamento público brasileiro promove. O Brasil pode mais do que incentivar uma exploração desenfreada de nossos recursos para atender a uma elite mundial e destruir o planeta. O caminho passa por garantir direitos humanos para todos e fomentar uma economia que traga benefícios para a maior parte da população brasileira. Neste caminho, as mulheres, especialmente as negras, quilombolas e indígenas, serão protagonistas e a economia real e popular, criada e mantida pelas comunidades, será central.

REALIZAÇÃO:



APOIO:

